



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - TRABALHO INFANTIL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0027/14	DATA: 17/02/2014	
LOCAL: Externa	INÍCIO: 14h56min	TÉRMINO: 18h15min	PÁGINAS: 73

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WALDEMAR BORGES – Deputado Estadual. Líder do Governo da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

ROSA BARROS - Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco - CEDCA/PE.

EDUARDO GOMES DE FIGUEIREDO - Secretário Executivo de Articulação e Projetos Sociais da Secretaria Estadual da Criança e da Juventude do Estado de Pernambuco.

PAULA MOREIRA NEVES PEREIRA - Coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Pernambuco.

TEREZA LEITÃO – Deputada Estadual. Coordenadora da Frente Parlamentar de Proteção da Criança e do Adolescente.

JOELSON RODRIGUES - Gerente do Sistema Único de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Pernambuco.

LEONARDO OSÓRIO MENDONÇA - Procurador do Trabalho.

FÁBIO ANDRÉ DE FARIAS - Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho.

HUMBERTO DE JESUS - Secretário do Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos de Olinda - PE.

VALÉRIA MONTEIRO CORREIA - Gerente de Proteção Social e Especial de Média Complexidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Recursos Humanos de Recife.

JOSELMA BISPO DOS SANTOS – Professora.

FERNANDO DIAS – Representante do Conselho Tutelar de Recife.

EUDO LUNA – Conselheiro de Saúde de Olinda.

EDILENE SILVA – Conselheira Tutelar de Jaboatão dos Guararapes.

MARCELO SANTA CRUZ – Vereador da Câmara Municipal de Olinda.

ALEXANDRE NÁPOLES FILHO – Presidente do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente do Recife — COMDICA.

GILSON BRAGA DOS SANTOS – Conselheiro de Saúde de Olinda.

LEANDRO TAVARES – Secretaria de Desenvolvimento Social de Olinda.

GICÉLIA SOUZA – Assistente Social da Casa de Passagem Ana Vasconcelos.

SUMÁRIO

Exposições sobre medidas de combate ao trabalho infantil e de proteção do trabalho do adolescente nas festividades de carnaval.

OBSERVAÇÕES

O Deputado Estadual Waldemar Borges abriu informalmente a reunião.
Há expressão ininteligível.



O SR. DEPUTADO WALDEMAR BORGES - Boa tarde, senhoras e senhores, Sr. Deputado Nilmário Miranda, Deputada Luciana Santos.

Estou aqui meio que improvisadamente, mas com muita satisfação, dando as boas-vindas à CPI que se instala hoje à tarde na Assembleia Legislativa de Pernambuco, para dizer do olhar atento que nós, aqui no nosso Estado, temos também para esse tema tão importante que a CPI estuda, se aprofunda. E certamente vai dar uma contribuição importante ao País.

A questão do trabalho infantil é um daqueles problemas, um daqueles passivos sociais que têm sido enfrentados efetivamente neste País. E aqui, em Pernambuco, não tem sido diferente. Mas, pela dimensão, pela complexidade e pelas implicações que tem, é um tema que sempre está nos desafiando mais e mais e mais.

Eu tenho a certeza de que a CPI tem esse olhar. O seu objetivo é tentar estudar bem essa complexidade para que a gente possa continuar neste País, avançando em relação a isso.

Aqui, em Pernambuco, Deputado e Deputada, a gente tem dado algumas respostas importantes para essa questão. Pernambuco, pouco tempo atrás, há alguns anos, era o 24º Estado da Federação brasileira em termos de evasão escolar. Isso era muito grave, e uma vinculação muito direta com o tema estudado por V.Exas. Hoje, em função dos avanços ocorridos na rede pública estadual de ensino, nós somos ainda — eu digo ainda porque há muito a ser feito nessa questão — o quinto Estado da Federação em evasão escolar. Houve, portanto, um avanço muito expressivo no que diz respeito a essa obrigação do Estado de oferecer um serviço de educação de qualidade capaz pelo menos de manter o jovem, a criança, em sala de aula.

A gente tem feito isso com bastante esforço, mas com muita solidariedade do conjunto da sociedade. A gente tem, por exemplo, aqui no nosso Estado hoje a maior rede de escolas de referências do País. Estamos começando este ano, Deputado, com 300 escolas em tempo integral e semi-integral. Isso não é pouco em nenhuma Federação brasileira. Nenhuma Federação brasileira tem essa quantidade de escolas oferecendo ensino em tempo integral e semi-integral. A gente está fazendo isso aqui em Pernambuco.



Somado a isso, um conjunto de outras iniciativas, tais como o Programa Conheça o Mundo, que dá a oportunidade ao filho do pernambucano de maneira geral, em particular daquele que está em escola pública, de conhecer experiências em outros países. Ano passado, foram 1.200 jovens pernambucanos que, por meritocracia — por meritocracia! — conheceram outros países, fizeram intercâmbios importantes, com certeza, para suas vidas. Neste ano serão mais 1.600.

Temos avançado nessa questão também do uso da tecnologia focada no aprendizado. Esse conjunto de iniciativas, eu acho, responde por essa diminuição da evasão escolar em Pernambuco, fato que, por sua vez, tem uma relação direta com o tema tratado por esta CPI, que é a questão do trabalho infantil.

Quero dar as boas-vindas ao senhor e à senhora, em nome de Pernambuco, em nome desta Assembleia, mas com certeza em nome de todos os pernambucanos. Quero dizer que aqui a gente está muito atento para o problema — não só o Estado, mas também as entidades da sociedade civil, o pernambucano e a pernambucana de maneira geral, todos muito preocupados com o tema estudado por esta CPI e todos muito dispostos a envidar os esforços que forem necessários para a gente ir diminuindo essa que é uma das expressões mais perversas do nosso desequilíbrio social, essa que é uma das expressões mais perversas das iniquidades sociais e dos passivos sociais em nosso País.

Eu quero, ao momento em que me despeço, convidar a Deputada Estadual Teresa Leitão, integrante desta Comissão — eu estava aqui, Teresa, improvisando, como disse inicialmente, no papel de anfitrião —, para assumir em nome da Comissão de Cidadania da Assembleia a vez de anfitriã desta importante CPI.

Sejam bem-vindos e bom trabalho. A gente vai estar acompanhando os resultados desse esforço que vocês vêm fazendo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Boa tarde a todos e a todas.

Eu declaro aberta a 12ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil e dar outras providências.



Esta reunião de audiência pública foi convocada pela CPI para discutir medidas de combate e de proteção ao trabalho infantil e do adolescente nas festividades do carnaval.

Vou rapidamente situar esta CPI aos também parceiros. Em primeiro lugar, dizer que uma das pessoas que mais lutou para que esta CPI fosse instalada foi a Deputada Luciana Santos. Esperou muito tempo. Tinha uma fila de CPIs. Tem número limitado por Legislatura. Mas S.Exa. persistiu até a instalação dela.

Quero agradecer à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco por nos receber. Aqui é o lugar adequado para fazer isso, o lugar ideal. Estamos, eu e a Deputada Luciana Santos, representando a CPI. A Presidente da CPI é a Deputada Sandra Rosado, vizinha daqui, do Rio Grande do Norte, mas S.Exa. não pôde estar aqui hoje.

Nós vamos fazer três audiências desse tipo, Deputada Teresa: aqui, Recife e Olinda, Salvador e Rio. Os três Carnavais que mobilizam... São megaeventos. Tem carnaval no Brasil inteiro, mas aqui... É até por isso mesmo que poder vir a ocorrer o incremento do trabalho infantil na época. Espero que não ocorra, mas a ideia é essa.

Quero agradecer também ao Governo do Estado que se fez representar aqui; aos Governos Municipais de Recife e Olinda; e às pessoas da sociedade civil e outros.

Aqui também temos representantes do Poder Judiciário. Temos do Ministério Público, do Trabalho. Depois eu vou declinar os nomes de todos os presentes.

O Brasil hoje é referência mundial — não é, Deputada Luciana? — em erradicação do trabalho infantil. A primeira vez em que fui Deputado foi em 90. Tomei posse em 91. Era um escândalo no Brasil o trabalho infantil. Tinha 12 milhões de crianças no trabalho infantil, crianças e adolescentes.

E houve uma queda acentuada, uma redução graças a políticas feitas pela União, Estados e Municípios, mas também pelo Judiciário, pelo Ministério Público, sobretudo pela sociedade civil. Quem impulsiona, quem cobra, quem põe para frente são os fóruns nacional, estaduais e municipais de erradicação do trabalho infantil.

Esses 20 anos de luta, claro, contribuíram muito para mudar a cultura do País. A cultura hegemônica 20 anos atrás era de que o trabalho era bom, o trabalho infantil era bom, educava — desde que fossem crianças pobres. Para crianças de



classes mais abastadas, digamos assim, retardam ao máximo a entrada da criança ou do filho no mercado de trabalho. Agora, se a criança vinha das classes populares, isso era tido como se fosse uma virtude, uma coisa benfazeja.

É claro, isso mudou. Ainda tem muita gente... A cultura da casa-grande ainda está muito presente no Brasil. A gente fala isto: “*É melhor a criança trabalhar do que estar roubando, fumando crack*” — como se as opções fossem essas para as crianças.

Mas cresceu muito no País a consciência social de que o trabalho infantil é perverso, inclusive o trabalho infantil doméstico. Nós demoramos muito a colocar o trabalho infantil doméstico como uma das piores formas.

Houve redução. Nos últimos 10, 11 anos, porque se ampliou muito a rede de proteção social para as classes populares, os resultados são ótimos em alguns campos. Por exemplo, reduziu-se muito a mortalidade infantil no País numa década. Muito mesmo. Reduziu-se muito a mortalidade materna. Reduziu-se a evasão escolar. Aumentou-se a escolarização, reduziu-se a evasão.

O trabalho infantil, a partir de certo momento, passou a decrescer em ritmo mais lento. E ele é muito grande. Comparado com o que tínhamos, a gente aplaude. Mas nós não podemos nos comprovar com isso. E 3 milhões e 800 mil crianças e adolescentes trabalhando é muita coisa. São pessoas que vão sofrer o resto de suas vidas por estarem inseridos no trabalho precoce, na desigualdade econômica, social, política e cultural. Vai ser permanente, praticamente, com a parte do trabalho infantil.

Por isso esta CPI é muito atual, muito necessária. Agora, não tem o caráter investigativo. Não estamos aqui para... A CPI se associa com inquérito, investigação. Não é o caso. Aqui nós viemos nos reunir com parceiros de luta pela erradicação do trabalho infantil, para discutir quais providências estão sendo tomadas, foram tomadas, as melhores experiências, para se prevenir nesse período do carnaval.

Quem está presente aqui? Primeiro, quero agradecer também à Deputada Teresa Leitão. Nós estamos aqui agradecendo desde já a participação do Deputado Waldemar Borges, Líder do Governo e do partido na Assembleia, que nos cedeu e veio até aqui participar conosco. Teve que ir ao plenário, para as suas funções.



Nós registramos as presenças, e é claro que aqui estão faltando outros nomes, vamos completar, do Dr. Fábio André de Farias, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho — obrigado pela presença, Dr. Fábio; do Dr. Leonardo Osório Mendonça, Procurador do Trabalho; de representante do Governo Estadual; do Dr. Eduardo Gomes de Figueiredo, Secretário-Executivo de Articulação e Projetos Especiais da Secretaria da Criança e da Juventude de Pernambuco; do Dr. Joelson Rodrigues, Gerente do Sistema Único de Assistência Social da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; da Dra. Valéria Monteiro, Gerente de Proteção Social e Especial de Média Complexidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Recife; da Dra. Paula Moreira Neves Pereira, Coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego; Rosa Barros, Presidenta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Bem, há muitas outras pessoas. Normalmente, nessas audiências, a gente dá a palavra primeiro às pessoas que foram convidadas. Eu diria o seguinte: para a gente poder possibilitar que muitas pessoas usem da palavra, o tempo concedido aos expositores será de 15 minutos.

Quando houver, digamos, o mesmo, pessoas que têm o mesmo objeto, a mesma informação, usar um tempo... Se estiver contemplado por quem já falou, usar um tempo menor, para permitir que a gente... Eu e a Deputada Luciana saímos daqui roucos de tanto ouvir, não é? Nós chamamos nossa escuta democrática. É uma coisa importante, não é, escutar. Nós viemos aqui para discutir esse assunto, não é? Espero.

Eu não sei se a Deputada Luciana quer falar neste momento ou esperar a fala... Ela pode a qualquer momento tomar a palavra. Quer esperar primeiro que as pessoas falem ou já quer...

Então, a Deputada Luciana Santos tem a palavra.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Minha gente, muito boa tarde a cada uma e a cada um de vocês. Em primeiro lugar eu quero agradecer muito a presença das pessoas que foram convidadas para estarem aqui com a gente, principalmente os expositores que vão nos ajudar muito aqui a atingir o objetivo desta CPI no dia de hoje, que é exatamente montar uma estratégia



conjunta, no sentido de coibir o trabalho infantil durante o carnaval. A CPI achou por bem... É a primeira vez que a CPI sai de Brasília, desde outubro, como disse aqui já ao Deputado Nilmário Miranda. Quero dizer que o Deputado Nilmário Miranda... eu o conheço desde a época em que eu era Deputada Estadual, e ele já era o homem da luta dos direitos humanos. Eu fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui, da Assembleia Legislativa, e ele, já em Minas Gerais, era um Deputado do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais. É um homem dedicado a essa luta, tem sido um grande parceiro na CPI, tem ajudado muito a gente a encontrar bons caminhos, viu, Tereza, seu companheiro de luta aqui. E fico feliz também com a presença da nossa Deputada Tereza Leitão, que sempre foi parceira em todas as batalhas aqui que dizem respeito às grandes causas, não é?

Agradecer também ao Deputado Valdemar Borges, por ter aberto aqui esta reunião.

Portanto, quero dizer que nosso objetivo é esse. Tenho certeza de que Pernambuco irá contribuir muito com ideias e com estratégias para o enfrentamento do trabalho infantil. Segunda-feira que vem iremos a Salvador e terça-feira, ao Rio de Janeiro, porque são três Estados que têm os maiores carnavales do País, e nós achamos que tem um simbolismo muito forte, nos principais eventos da Federação você ter estratégias que coibam o trabalho infantil durante o período, porque isso servirá de exemplo, não só para o carnaval, mas nós temos a Copa; nós temos o São João, que é uma festa do Nordeste, e que nós sabemos que é sempre nesses momentos que há um ambiente muito favorável para exploração do trabalho infantil, seja sexual, seja do comércio, como é o caso de catador de latinhas; ajudar os pais e mães que estão no comércio informal, como é tomar conta de carro durante o estacionamento. Ou seja, essas formas de trabalho infantil que nós temos obrigação de, como CPI, como gestores públicos, como cidadãos, organizados ou não... na perspectiva de exatamente fazer valer o enfrentamento disso.

Eu, Nilmário, quando Prefeita de Olinda... e aqui estive com o Secretário de Cidadania. Já falei com ele hoje. Ele está vindo também, o Humberto. Nós tivemos uma experiência positiva, que foi, assim que a gente fazia o cadastro dos ambulantes, nós já fazíamos uma pesquisa para saber se aqueles ambulantes tinham filhos pequenos, e com isso nós montamos creches no entorno e no polígono



do carnaval, que funcionavam 24 horas no dia, exatamente para poder o comerciante ter certeza de que seus filhos estavam bem cuidados e a qualquer momento ele podia ir visitá-los. E após as creches havia também uma equipe intersetorial que fazia essas visitas. Mas, na verdade, aqui, o que nós queremos é essa troca de ideias. São sugestões, ações, iniciativas, ou seja, uma estratégia que a gente faça valer, porque a CPI não tem só o caráter de investigar, de fiscalizar; tem também este caráter, que é um caráter importante, de fazer valer a lei, não é? De punir, de até prender quem está fora da lei. Mas também ela tem, antes de tudo, o trabalho de arrumar, encontrar soluções. Nós queremos uma resultante desta CPI, que é o fortalecimento do conjunto de ações, de programas que já vêm dando certo. Aliás, o Brasil é um dos países do mundo, nessa última década, que mais conseguiu reduzir o trabalho infantil. Mas com trabalho infantil nós não podemos conviver; nós temos é que erradicá-lo. Se são quase 4 milhões de crianças, nós temos que identificá-las e temos que fazer a lei e programas públicos que fortaleçam a prevenção. Daí a importância do Bolsa Família, daí a importância do PETI, daí a importância de tantos e tantos outros programas que têm feito diferença e que têm conseguido garantir que a criança fique na escola e fique no seu ambiente familiar.

Então, essa troca de ideias que vão aqui, entre nós, possibilitar essa ação estratégica... E nós contamos com todos vocês, principalmente com a sociedade civil organizada; o Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil tem sido muito importante para a gente. Participei aqui, Deputada Teresa, de uma audiência pública na Câmara do Recife, mobilizada pela Vereadora Aimee, que foi também uma audiência pública importante, com o Fórum de Pernambuco, e a gente está exatamente com essa disposição de dialogar com todas as forças vivas da nossa população na perspectiva de a gente garantir que em Pernambuco a gente tenha cada vez mais políticas públicas arrojadas para escrever uma nova história no nosso Estado acerca do trabalho infantil.

Então, era isso o que eu tinha a dizer no início. Sejam bem-vindos. Rosa Barros, que é a Presidenta do Conselho da Criança e do Adolescente, já foi Deputada Estadual aqui, e já foi Prefeita também, não é? Então, tem muita história para contar à gente sobre isso também, tenho certeza. (*Risos.*)

Então, era isso. Muito obrigada a todos pela presença.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Muito bem, Deputada.

Bem, eu também quero registrar a presença de Vera Ferreira, Secretária-Executiva de Assistência Social de Olinda. Cadê a Vera? Vera... Está ali. Muito bem Vera! Obrigado pela presença.

Bem, eu estava pensando como fazer aqui, porque a ideia era passar primeiro para a Rosa, porque representa a sociedade civil, não é, também? Representa um conselho. O conselho é um conselho de participação social, gestores com sociedade civil. Passar a palavra a ela em primeiro lugar. Em seguida, para Eduardo Gomes, que é Secretário-Executivo Estadual, também para nos... Depois, passar a palavra para a Dra. Paula, que coordena um projeto de combate ao trabalho infantil, especificamente. Depois, eu... Aí nós vamos por Recife, Olinda, e também ouvir o Dr. Fábio e o Dr. Leonardo, não é? Nessa ordem. Podia ser outra, mas eu acho que essa ordem é... Começar pelo Conselho, pela importância que a gente vê no Conselho, para orientar as ações do próprio Executivo.

Mas vamos combinar assim, vamos ver se falam com 10 minutos. Se não der, a gente estende um pouco mais.

Pode... Rosa Barros.

A SRA. ROSA BARROS - Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, a Deputada Teresa Leitão, o Deputado Nilmário, a Deputada Luciana Santos.

Quero dizer uma coisa importante que eu quero colocar aqui, viram, organizadores deste evento? Nós participamos muito de audiências públicas, e a Mesa, às vezes, fica completa de autoridade conversando, não é? Então, já estou satisfeita de verificar que a nova sistemática aqui é diferente. O povo vai poder ser ouvido, não é? Nós sempre encontramos, vemos o momento, os discursos, as colocações, e quando chega no momento das contribuições do público, então o tempo já está muito curto, e as pessoas falam muito pouco.

Então, enquanto Conselho, eu quero, representando o Conselho Estadual de Pernambuco, parabenizá-los pela instalação da CPI aqui, em Pernambuco, neste momento em que existe a grande preocupação da questão do trabalho infantil, e principalmente não só no carnaval, mas Pernambuco vem se preocupando nos grandes eventos. Eu acho que, na oportunidade em que as Secretarias e os diversos órgãos vão falar, eles vão poder colocar todos os programas e as ações



que estão realizando. Nós temos uma agência de convergência, aqui, vários órgãos se sentam para, justamente, trabalhar toda essa questão não só da exploração do trabalho infantil, a erradicação do trabalho infantil, como a questão da exploração de crianças e adolescentes. E todos esses organismos e essas instituições estão trabalhando e tentando levar seus esforços, suas ações, convergindo para o grande combate.

Pernambuco tem, desde 2010, o Plano Decenal de Erradicação do Trabalho Infantil. Nós, nesses últimos anos, o Conselho tinha vários planos, planos que, ao longo dos anos, eram de 4 em 4 anos editados. Então, nós sentimos uma grande dificuldade, porque era quase que plano de Governo, não era um plano de Estado. Quando o Governo acabava, e ia começar outro representante no Executivo, começava todo um processo em que se deixavam 2 anos para discussões e, quando ia implementar, já estava no fim, no término do mandato. Então, nós temos hoje todos os planos aprovados pelo Conselho Estadual. São planos decenais; planos decenais com momentos de revisão, de monitoramento.

Nós temos o nosso Plano de Erradicação do Trabalho Infantil, que foi aprovado em 2010, e este ano nós vamos já começar, o Conselho já está organizando uma comissão para fazer o monitoramento. Nós chamamos todas as Secretarias, todas as instituições para se debruçarem sobre o plano, analisarem os eixos, as ações, e fazerem uma adequação, ou uma revisão. É um monitoramento. Não é nem revisão, é um monitoramento, que a revisão vai ser dar depois, em 2016, 2017.

O Conselho, quer dizer, nós temos uma grande preocupação, porque essas ações são mais... O Estado tem o seu acompanhamento, com as Secretarias que vão expor quais os programas que estão realizando. Mas a nossa grande preocupação é a questão dos Municípios, porque as coisas acontecem nos Municípios, não é verdade? E o que nós sentimos, enquanto debatemos, nas andanças pelo Estado de Pernambuco, nas reuniões de interiorização, descentralizadas, nós sentimos que a grande dificuldade é a questão cultural, não é? Como o (*ininteligível*) colocou muito bem, ou o Deputado Nilmário, é que realmente as pessoas acham que é muito natural que a criança trabalhe, desde que ela realmente seja pobre e precise, não é? Isso é difícil. Os Conselhos Tutelares



também reclamam muito do enfrentamento, e muitos, da questão local. Para ter um enfrentamento, um “embate” dessa grande chaga que é o trabalho infantil lá no Município, existe uma grande resistência.

Nós temos a Procuradora do Trabalho, a quem quero parabenizar, que tem feito um trabalho atuante, brilhante, a Procuradora... A Auditora — desculpem-me, é uma confusão de Procuradora com Auditora do Trabalho —, que faz parte do FEPETIPE, tem feito um trabalho excelente, e nos dará subsídios em questão de números, do que está atuando, e tem todos os relatórios, que são encaminhados.

Todos os relatórios das auditorias que são feitas, as visitas, as fiscalizações que são feitas nos Municípios do Estado de Pernambuco são enviados para o Conselho. E o Conselho encaminha, e está tentando, na sua programação, uma cobrança dos Conselhos Municipais para que, de alguma forma, dê um retorno do que está sendo feito, das providências do que nós estamos colocando.

Quero dizer, e todo mundo sabe, que nós, no Conselho Estadual, não temos nenhuma ingerência sobre os Conselhos Municipais, não é? São órgãos autônomos, não é? Mas cabe a nós ficar solicitando informações, cobrando, alertando, porque nenhuma penalidade, nenhuma ingerência pode ser feita pelo Conselho Estadual sobre os Conselhos Municipais. Nós aproveitamos as nossas reuniões, muitas vezes, descentralizadas; nós aproveitamos os encontros, temos um grande parceiro, que é o Ministério Público também, no momento em que chama algumas Prefeituras, em que chama o próprio Conselho, porque eu acho que o Conselho Municipal, no momento em que chama algumas Prefeituras, em que chama o próprio Conselho, porque eu acho que o Conselho Municipal, no momento em que as coisas acontecem...

Quando a gente chega no Município — e eu posso dizer no meu próprio Município, que não vou dizer nem o nome, porque aqui não estou no sentido de dedurar ninguém —, a gente encontra, em dia de feira, uma coisa que é muito natural de se vê lá, quer dizer, você vê as crianças com carros de feira pesadíssimos; há a questão do trabalho doméstico, que é muito sério. Você vai nas residências e vê crianças, adolescentes tomando conta de crianças.



Então, essa é a cultura, superar isso é uma luta grande, e os Municípios precisam se organizar no sentido de terem seus planos de erradicação do trabalho infantil.

Então, não adianta ter essas ações pontuais se realmente não transformar isso numa política, nos programas em que estejam todos integrados, não só o Governo do Estado, com os vários programas a apresentar aqui, mas que os Municípios também possam atuar com muita vigilância, para evitar que nossas crianças, realmente, começem desde cedo na exploração. Futuramente, vamos ter problemas no INSS, pessoas com problemas de saúde, pessoas que não tiveram tempo de estudar. Nós vemos, às vezes, uma grande quantidade precisando de... O País, o Estado precisando de mão de obra especializada e não tem, porque as nossas crianças, os nossos adolescentes, muitas vezes, não estão estudando; estão trabalhando.

A minha fala é nesse sentido de dar parabéns à CPI. Vamos ouvir as nossas Secretarias para colocar quais as ações. Eu posso adiantar que nós temos aqui uma instituição — não sei se chegou —, o SENDEC, que já agora, em março, tem um projeto e está lançando o Manual de Elaboração dos Planos Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil. Ele vai ser lançado agora, em março, e nós vamos estar lá juntos, apoiando, lutando e torcendo para que, realmente, essa chaga possa ser banida do nosso Estado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Obrigado, companheira Rosa Bastos.

Eduardo Gomes Figueiredo.

Eu vou propor, então, 10 minutos, se for possível. Se não for, a gente estende, depois nós vamos abrir para inscrições, depois desses seis iniciais.

O SR. EDUARDO GOMES DE FIGUEIREDO- Exma. Sra. Deputada Teresa Leitão, Exmo. Deputado Federal Nilmário Miranda, Deputada Federal Luciana Santos, senhoras e senhores aqui presentes, é uma satisfação acompanhar, enquanto Governo do Estado, o trabalho da CPI, principalmente num momento oportuno como este: o momento em que nós enfrentamos um grande trabalho, que é garantir o direito de crianças e adolescentes principalmente no período do carnaval.



A Secretaria da Criança e da Juventude é fruto de uma vontade pessoal do Governador Eduardo Campos de direcionar, dentro do Governo, uma Pasta voltada a garantir direitos de uma faixa que vai de zero ano, desde o nascimento — aí a Secretaria, Deputado Nilmário, já vem com o trabalho de garantir cidadania a esse jovem através do Programa Minha Certidão — até a faixa do Estatuto da Juventude, até os 29 anos.

Quando se fala em garantir direitos de crianças e adolescentes, nós, obviamente, temos o compromisso de trabalhar com o enfrentamento do trabalho infantil. E para esse enfrentamento, a Secretaria desenvolve um programa chamado Programa Atenção Redobrada.

Em que consiste esse programa, Deputada Luciana Santos? O Município de Olinda, inclusive, berço de um trabalho principalmente voltado para o carnaval, a cidade é testemunha de todo um eixo de articulação que se dá através desse Programa Atenção Redobrada. Em que consiste? Não apenas no carnaval, mas em todos os grandes eventos — e acrescentamos São João; preparativos para a Copa das Confederações; a Copa, que há de vir; festivais de inverno ao longo de todo o Estado —, nesses momentos, a Secretaria, através de toda a sua equipe, se senta com a Assistência Social municipal, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselhos Tutelares, sociedade civil, e o Ministério Público do Trabalho já esteve presente em capacitações realizadas por esta Secretaria.

Qual é o objetivo desse programa? Além de capacitar os principais atores para esses eventos, proporcionar também um eixo de apoio para que esses Municípios possam ter uma ação efetiva voltada a evitar esse trabalho infantil. Infelizmente, ainda existe a questão cultural no trabalho infantil, como foi colocado na apresentação dos trabalhos desta Comissão, e ela se torna patente no simples ato de se abordar um comerciante.

Esse programa tem não apenas o aspecto de sensibilizar o comerciante, em que o Município, juntamente com o Governo, aborda comerciantes e flagra situações em que haja a violação desses direitos. Havendo a constatação dessas situações, todo um fluxo, toda a rede que é construída diretamente com a sociedade civil — e quando se fala em sociedade civil, se acrescenta toda a rede municipal — aciona o



Conselho Tutelar e demais órgãos. Vou citar um exemplo dessa situação mais adiante, que é bastante oportuno.

O Programa Atenção Redobrada, além desse eixo de articulação, ainda prevê e estimula a implantação de espaços de proteção. Em que consistem esses espaços de proteção? São ambientes nos quais esse jovem, esse adolescente, essa criança que é flagrada numa situação de vulnerabilidade é encaminhada para uma triagem, com um atendimento inicial e, mais adiante, esse atendimento vai gerar um fluxo para a assistência social municipal. Paralelamente a isso, se evita que aquela criança tenha envolvimento no carnaval.

O Programa Ação Redobrada foi constituído em 2011 e gradativamente temos aumentado o número de ações. Neste período agora do carnaval vamos estar presentes nos principais polos: garantiremos o carnaval de Bezerros, o carnaval de Surubim, o de Recife, o de Olinda. Jaboatão, este ano, não trabalha com a semana pré, mas estaremos presentes nas principais cidades onde vamos ter grandes concentrações de pessoas e onde essas violências são constatadas.

Falando um pouco desse fluxo, no ano passado, fruto dessa articulação, estivemos no carnaval de Olinda e acompanhamos toda a ação, juntamente com a Melina, que está aqui presente. O que demonstra essa integração e exemplifica este trabalho? Lá estavam presentes a Secretaria da Criança, a Secretaria de Assistência Municipal, o Conselho Tutelar, os órgãos de Controle Urbano — porque não há como se falar em se combater o trabalho infantil sem que haja uma articulação com o Controle Urbano — porque o principal foco, hoje, detectado nesses grandes eventos, é o pequeno comerciante. Esse pequeno comerciante, que leva algumas bebidas, que leva o espetinho, o churrasquinho para vender, com a autorização do Município, claro, infelizmente, até por conta da falta de alternativas, de não ter um vizinho com quem deixar esse jovem, ou por não haver uma rede de creches... Como a Deputada Luciana Santos mencionou, que no período de carnaval existe essa rede voltada para acolher esses jovens, que dá essa alternativa para o comerciante, então, o que se faz é colocar essa equipe para abordar o comerciante para evitar com que aquele jovem, aquela criança trabalhe, ou esteja naquela situação em que, muitas vezes, pode ser gerada alguma violência. E não adianta



fazer esse trabalho de sensibilização sem o Controle Urbano. Por isso, o Controle Urbano estava presente naquela ação na qual os comerciantes eram abordados.

Agora, claro, Deputado, é realmente um grande desafio essa questão do trabalho infantil não só pelo ponto de vista cultural, mas porque as próprias instituições, as próprias estruturas de retaguarda... E por estrutura de retaguarda entenda-se não apenas a sensibilização, mas se ter um lugar para onde mandar esse jovem, onde ele possa ser acompanhado. Quais são as políticas que devem ser desempenhadas paralelamente?

Quando se fala em erradicar trabalho infantil, não é somente esse trabalho de sensibilização, de evitar que os jovens estejam naquela situação e abordá-los, mas sim oferecer um leque de programas, um leque de assistências, como no caso aqui do Governo, em que há um investimento maciço na equipagem de creches, unidades de educação infantil, que, embora sejam equipamentos da ordem de competência municipal, o Governo apoia com os equipamentos, brinquedos, a própria formação de agentes técnicos. Então tudo isso passa por uma política linear, uma política de sensibilização, de atendimento, de investimentos para que, acima de tudo, esses direitos sejam resguardados.

Colocando um pouco do que já foi produzido pela Secretaria, até para não ficar bastante exaustivo, iniciado o programa em 2011, além do carnaval, estivemos presentes no São João, São João de Caruaru, que é uma festa em que se demanda também um grande público; Festival de Inverno de Garanhuns; carnavales de Olinda, Bezerros, Recife; programações de verão nas praias do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca — isso no ano de 2012, que são atividades que foram complementadas; carnaval de Jaboatão, em 2012; Semana Santa em Brejo da Madre de Deus; Festival de Inverno em Garanhuns; jogos da Copa, dos amistosos da Seleção; Copa das Confederações; Festival de Exu. Então, hoje, o programa ganhou uma grande capilaridade. É um programa que não se restringe exclusivamente ao carnaval, mas sim, a todo um cronograma de festas em que se tenha que enfrentar esse problema mais de perto.

Além disso, o principal referencial não é apenas, como eu coloquei, a sensibilização, mas, sim, unir todo uma rede de gestores, uma rede de equipes técnicas, de pessoas que, além de haver a gestão pública, do Poder Judiciário e



entes voltados à fiscalização do trabalho, ele prevê também que a sociedade civil acompanhe de perto os fluxos e colabore nessa formação. É desta forma.

Agora, poderá ser complementado ao longo das falas, que é um ponto bem oportuno para ser discutido nesta Comissão, o modo de se ampliar a participação dos Conselhos Tutelares neste eixo. Por que se questiona isso? A rede de retaguarda passa obrigatoriamente pela presença do conselheiro tutelar, porque é ele que vai definir toda uma política de atendimento para aquela violação específica.

Hoje, por mais que exista investimento, investimento do Governo Estadual, em equipar esses Conselhos Tutelares com uma informatização; de prover uma capacitação no Sistema SIPIA, para que haja um monitoramento mais específico e de uma forma eficaz desses atendimentos, é necessário, efetivamente, que seja discutido como enfrentar as dificuldades que esses Conselhos encontram, que são dificuldades, primeiramente, estruturais — muitas vezes, não há a estrutura mínima necessária para ter um atendimento a fim de que o conselheiro possa se deslocar daquela casa, daquele local, para ir à violação, e encarar uma solução de forma mais eficiente — e, além disso, como ampliar esse quadro, o quadro necessariamente técnico, para dar apoio para esses Conselhos, porque não adianta se exigir responsabilidades acima de tudo, sabendo que é uma estrutura ainda deficitária.

Então são pontos que — inclusive, a Secretaria da Criança vem acompanhando, nós temos uma gerência de acompanhamento e fortalecimento dos conselhos — devem ser discutidos nesta Comissão aqui, principalmente com a presença dos Municípios e demais membros.

É o que se tem para apresentar, Deputados. É uma breve exposição. Claro que, se formos aqui adensar a política de enfrentamento a violências... E aqui, numa atenção redobrada, eu faço questão ainda de pontuar não só apenas o trabalho infantil, mas também a violência sexual, o consumo e a venda de bebidas alcoólicas, que são pontos que devem ser discutidos. Mas isso vai demandar, claro, várias e várias audiências públicas.

Esclareço que todo o Governo está à disposição para colaborar e, oportunamente, contribuir para esse enfrentamento e para que o trabalho desta



Comissão Parlamentar seja o mais eficiente possível e que cheguemos ao nosso eixo principal, que é a garantia dos direitos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Vamos ouvir a Dra. Paula Moreira Neves Pereira, Coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

A SRA. PAULA MOREIRA NEVES PEREIRA - Boa tarde a todos, senhoras e senhores. Eu gostaria de saudar a Mesa na pessoa da Deputada Teresa Leitão, que tem sido uma grande parceira nossa, tanto na organização das audiências públicas como no apoio à causa do enfrentamento ao trabalho infantil no Estado de Pernambuco.

Bom, primeiramente, eu gostaria de me apresentar. Eu sou auditora fiscal do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Não sou procuradora, certo? A Secretaria de Inspeção do Trabalho, órgão ao qual eu sou vinculada, é uma das Secretarias do Ministério do Trabalho. E o que os auditores fiscais do trabalho fazem? Os auditores fazem fiscalizações *in loco*, verificações físicas, e fiscalizam saúde e segurança no trabalho na construção civil, nos portos, recolhimento de FGTS, condições de trabalho no meio rural, inserção de aprendiz no mercado de trabalho, inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e combate ao trabalho infantil.

O combate ao trabalho infantil é um dos projetos obrigatórios da fiscalização do trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, tanto que ele existe em todas as regionais. Em todas as Superintendências Regionais do Trabalho do Brasil existe um coordenador de combate ao trabalho infantil e alguns auditores que se dedicam exclusivamente a realizar *in loco* inspeções para identificar e afastar essas crianças e adolescentes em situação de trabalho proibido.

Nos últimos 3 anos, nós realizamos aqui em Pernambuco fiscalização em 109 Municípios, onde foram identificadas cerca de 3 mil e 300 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Desse total, 2.276, com idade entre 5 e 17 anos, estavam trabalhando em atividades informais: em feiras, praias e outros logradouros públicos.



Só para vocês terem ideia da dimensão desse número, somente o que nós fizemos no ano de 2013 — nós alcançamos nas nossas fiscalizações 1,295 crianças e adolescentes —, equivale à metade do número de crianças e adolescentes identificadas pela fiscalização de todo o Nordeste e a um quarto das crianças e adolescentes alcançadas pela fiscalização de todo o Brasil. Então, a Superintendência de Pernambuco tem se empenhado demasiadamente no combate ao trabalho infantil.

Mas o que ocorre? Como se dá o nosso procedimento? Identificada a criança ou o adolescente em situação de trabalho e identificado o trabalhador, nós realizamos o afastamento imediato do trabalho, lavramos auto de infração em face do empregador — esses autos de infração posteriormente são convertidos em multa —, identificamos aquela criança ou adolescente, pegamos dados detalhados e exigimos do empregador o pagamento dos direitos trabalhistas a que aquela criança ou adolescente faz jus: saldo de salário, aviso prévio indenizado, décimo terceiro, férias. No caso dos maiores de 16 anos, inclusive a assinatura da carteira, com recolhimento de FGTS, para possibilitar inclusive a percepção de seguro-desemprego.

Bom, mas isso é o que a gente pode fazer quando existe um empregador. O nosso grande problema é quando não existe empregador ou quando nós não conseguimos identificar esse empregador, como é o caso dos meninos que vendem caldinho na praia; como é o caso dos meninos que vendem amendoim, bronzeador, na praia, ou os meninos que fazem frete, fazem carregamento de mercadorias nas feiras da Capital e de todos os Municípios. Com relação a esses adolescentes, a essas crianças, a gente não tem quem autuar. Então, a nossa capacidade de interferência acaba sendo bem menor. Nós identificamos essas crianças e adolescentes em situação de trabalho e encaminhamos para a rede de proteção.

De toda forma, seja no setor formal ou informal, sempre que nós encerramos a fiscalização e lavramos os autos de infração, a gente encaminha termo de comunicação de trabalho infantil e pedido de providências para um total de nove órgãos da rede de proteção. A gente encaminha para o CEDICA, para o Conselho Tutelar, para o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual, Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Governo do Estado,



Secretaria da Criança e da Juventude e também para as Secretarias Municipais tanto da Assistência Social como de Educação. Todos esses órgãos são cientificados de que aqueles adolescentes — nós enviamos todos os dados, com endereço — estão em situação de trabalho infantil.

Só uma coisa que a gente veio percebendo é que a demora na atuação da rede de proteção acabava muitas vezes por ocasionar o retorno daquela criança ou adolescente ao trabalho. O adolescente que trabalhava num estabelecimento, que trabalhava para um empregador, e esse empregador é punido, dificilmente vai retornar para esse mesmo empregador. Ele não vai mais querer adolescente trabalhando lá, porque vai ter prejuízo financeiro significativo. No entanto, esse adolescente muitas vezes sai do trabalho ali na oficina e vai trabalhar na praia ou vai trabalhar na feira. Certo? Então, a gente acaba agravando a situação de vulnerabilidade sofrida por aquele adolescente.

Pensando nisso, desde 2012, a Superintendência do Trabalho criou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Incentivo à Aprendizagem Profissional, em Pernambuco. Como todos devem saber, a Constituição permite o trabalho na condição de aprendiz a partir dos 14 anos de idade. Pode ser aprendiz de 14 a 24 anos. Essa aprendizagem é desenvolvida em ambiente seguro, supervisionado, e somente em atividades que não constem na lista das piores formas de trabalho infantil e que não possam causar qualquer prejuízo ao desenvolvimento físico, emocional ou social daquela criança ou adolescente.

Então, o que nós começamos a fazer para evitar o retorno desses adolescentes ao trabalho? A gente afasta o adolescente do trabalho proibido, prejudicial a sua saúde, e faz um encaminhamento para programas de aprendizagem. A gente reúne empresas. Todas as empresas, exceto microempresas e empresas de pequeno porte, têm a obrigação de ter no mínimo 5% do seu quadro de funcionários como aprendizes. Então, a gente reúne essas empresas, explica o programa, as sensibiliza para que aquela empresa contrate o nosso público-alvo, porque a empresa é obrigada a contratar aprendiz, mas não é obrigada a contratar aprendizes que foram retirados do trabalho infantil, que na maioria das vezes têm uma defasagem de escolaridade significativa. Muitos, inclusive, quando a gente encontra, não estão na escola e, para poder ingressar na



aprendizagem, eles retornam à escola. Uma das condições dos programas de aprendizagem é a matrícula e frequência regular na escola.

Então, nós procuramos fazer isso exatamente para não permitir que aquele adolescente tenha a situação dele agravada. Aquele adolescente sai do trabalho em oficina, na praia, e passa a trabalhar numa empresa, com carteira assinada, carga horária de 4 horas, com recolhimento para o FGTS, INSS. E alguns dias ele vai para a empresa, alguns dias ele vai para o curso de formação profissional, vai para o programa de aprendizagem, que pode ser desenvolvido numa instituição formadora, como a Escola Dom Bosco, CIEE, ou pode ser desenvolvido, é prioridade do Sistema S, SENAI, SENAC.

Existem vários entraves para esse programa. Nós precisamos motivar os adolescentes e as famílias, precisamos sensibilizar as empresas a aderir, a contratar esse público-alvo, e também precisamos articular, tanto com o Sistema S como com as instituições formadoras, para que eles adaptem seus programas de aprendizagem a esse público-alvo, que tem uma defasagem de escolaridade, que precisa de uma metodologia diferenciada, porque senão ele vai acabar evadindo.

Então, é com muita felicidade que desde 2012 nós conseguimos resgatar do trabalho infantil e inserir em programas de aprendizagem 120 adolescentes. No total, nós temos 11 mil aprendizes em Pernambuco, e em torno de 7 mil inserções de aprendizes são decorrentes da atuação da fiscalização do trabalho, através das fiscalizações. E nós temos esse pequeno universo, infelizmente, ainda, de 120 adolescentes que a gente conseguiu fazer essa transição.

A nossa ideia é expandir isso. Segundo os dados da última PNAD, nós temos 103 mil crianças e adolescentes de 15 a 17 anos ocupados em Pernambuco. Boa parte desses adolescentes poderia, em vez de estar executando trabalhos prejudiciais a sua saúde, estar em programas de aprendizagem. Nós, da Superintendência, pretendemos avançar nesse projeto.

Os programas de aprendizagem só amenizam, melhoram, podem ser um instrumento tanto de prevenção como de erradicação do trabalho infantil para os maiores de 14 anos. E os menores de 14 anos? E aqueles adolescentes que têm uma escolaridade muito baixa e que não é possível inserir na aprendizagem? Esses são os que mais nos preocupam. A Superintendência aciona os órgãos da rede de



proteção, mas, muitas vezes, nós não temos o retorno. Para nós, cada uma daquelas crianças ou adolescentes que a gente identifica em situação de trabalho não é só um número. Ela é inserida num cadastro, e a gente monitora o que aconteceu com aquela criança ou adolescente: se ela foi inserida na aprendizagem ou se foi inserida no PROJOVEM. E para isso a gente precisa do *feedback* da assistência social das Prefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Dra. Paula, a senhora pode usar mais 2 minutos para encerrar.

A SRA. PAULA MOREIRA NEVES PEREIRA - Certo. Eu vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - É muito interessante, mas...

A SRA. PAULA MOREIRA NEVES PEREIRA - Então, é isso. É só para falar um pouco da fiscalização do trabalho. Nós atuamos agora no carnaval. Nós estaremos nas ruas fiscalizando o setor formal. Quando a gente fala de setor formal, é quando existe um empregador que a gente possa punir. A gente espera trabalhar de forma articulada com as Prefeituras para erradicar o trabalho infantil em todo o Estado.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Muito bem, Dra. Paula.

Vamos passar a palavra à Deputada Teresa Leitão e depois ao Joelson.

A SRA. DEPUTADA TERESA LEITÃO - Boa tarde a todas e todos! Quero cumprimentar o Deputado Nilmário, a Deputada Luciana Santos e me desculpar pelo atraso na abertura, porque eu estava na plenária.

Pedi para falar porque também tenho um limite de horário e não quero interromper a fala no Plenário.

Vou só fazer uma saudação e colocar algumas questões já trabalhadas aqui pela Assembleia Legislativa. Vejo alguns dos parceiros aqui presentes. A gente trabalhou na Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente.

As frentes parlamentares têm um tempo de vida limitado. São 2 anos: 1 ano, podendo ser prorrogada por mais 1. Nós cumplimos a agenda praticamente toda. Ficou uma pendência que tem relação direta com a questão que está sendo trabalhada aqui, que é uma atuação mais efetiva em grandes eventos na proteção



da criança e do adolescente. Essa agenda está marcada para ocorrer logo depois do carnaval. É uma audiência pública, reunindo a Secretaria de Defesa Social da Criança e da Juventude, a Secretaria da Mulher e a Secretaria da Copa, para tratar das ações planejadas pelo Governo do Estado em relação à proteção da criança e do adolescente durante a Copa, no que diz respeito a dois pontos principais: a exploração sexual e a fiscalização do trabalho infantil.

Então, estar aqui neste evento, para mim, Deputado Nilmário e Deputada Luciana, é muito importante, porque a gente já reúne também elementos que possam subsidiar essa audiência pública.

A Frente Parlamentar também foi palco do lançamento da Caravana pela Erradicação do Trabalho Infantil. Alguns promotores da caravana estão aqui no auditório. Mas eu comentava com o Nilmário: o que acontece com essa questão? Acho que a Dra. Paula foi muito feliz na sua explanação. A gente tem pouca oportunidade de dar visibilidade. Aí a questão se naturaliza. Quando tem um grande evento, a gente trata; quando tem uma data comemorativa, a gente cuida, mas, no cotidiano, há uma dificuldade grande, tanto da invisibilidade, que dificulta a sensibilização da sociedade, como também da prioridade nas agendas governamentais.

Eu cuidei, recentemente, a pedido de alguns Prefeitos, de ir à Secretaria Nacional de Direitos Humanos para destravar, em alguns Municípios, a questão do programa de apoio aos conselhos tutelares, que tem uma estrutura mínima de carro, de linha telefônica, de computador. Eu levei uma lista de 18 Municípios que estavam com os processos emperrados. Alguns tinham um probleminha no cadastro, uma informação que não chegou, um detalhe, mas a grande maioria é porque o Município não estava apto. Significa não estar adimplente para conveniar um projeto. Então, isso dificulta. E olha que aqui em Pernambuco nós temos um parceiro, que foi aqui citado pelo Dr. Eduardo Figueiredo, na questão dos conselhos tutelares, que tem ajudado muito. Não sei se tem alguém aqui representante da Escola de Conselhos. É um parceiro, e Rosa sabe disso porque participou da criação dessa Escola. Ele faz parte do grupo gestor, que tem dado uma qualidade diferenciada também à atuação dos conselheiros. É um parceiro que pode ajudar muito nesse aspecto de a gente tornar a luta pela erradicação do trabalho infantil numa política mais contínua.



Evidente que é muito positiva a iniciativa de se tratar dessa questão em grandes eventos.

O carnaval é um evento muito bom aqui para a gente. Eu pelo menos gosto. A Deputada Luciana gosta mais ainda. (*Risos.*) Não perco as ladeiras de Olinda, sobretudo, mas é um evento de grande exposição para nós, adultos, quanto mais para as crianças. É exposição à saúde, à integridade física, uma exposição total. Olhando direitinho, a gente brinca carnaval mesmo porque a gente gosta. Lá na sua terra só se brinca em Ouro Preto, pelo que me parece. (*Risos.*) Se a gente olhar direitinho, a gente é muito corajoso ao sair para a rua. Imagine uma criança, um adolescente, que precisa de medidas protetivas e que, muitas vezes, são ineficazes para esse período de exposição.

Então, eu acho, Deputada Luciana e Deputado Nilmário, muito importante esta iniciativa da CPI. Sejam muito bem-vindos aqui ao nosso Estado. Vocês aqui terão depoimentos, tenho certeza, de muita qualidade, de muito compromisso com o que o nosso Estado tenta fazer, vem fazendo, com a consciência de que é preciso avançar, de que é preciso, evidentemente, melhorar mais ainda.

Como a Comissão acabou a sua vida oficial, todos os Deputados que dela participaram se comprometem com a causa em Comissões Permanentes, como a Comissão de Educação, a Comissão de Direitos Humanos, para que aqueles vínculos que a gente criou não sejam desperdiçados.

Pelo relato da Dra. Paula, a gente vê muito bem como a questão do trabalho infantil dialoga com a educação. A política de escola de tempo integral, por exemplo, tem encontrado resistência em alguns Municípios, tanto é que o projeto mantém 20% das escolas no chamado tempo regular. E sabe qual é a justificativa? “*Meu filho precisa trabalhar. Como é que ele vai ficar o dia todo na escola? Ele me ajuda, ele toma conta do negócio, ele dá uma renda, ajuda na renda familiar.*” Então, é um diálogo que precisa ser feito muito na expectativa do direito à educação, do direito a uma infância, do direito a brincar. Uma das audiências mais interessantes que a gente teve foi essa do direito a brincar. Como isso produz e contribui para o desenvolvimento e para a socialização.

Então, acho que é muito importante de fato esse trabalho que vocês estão fazendo. Desejo êxito. Do ponto de vista da instituição, da Assembleia Legislativa,



Deputado Nilmário, Esse é um tema constante aqui na nossa agenda. Estejam a nossa disposição e a Casa também à disposição de vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Obrigado. Vamos ouvir Joelson Rodrigues. Depois eu vou passar a palavra ao Dr. Leonardo.

O SR. JOELSON RODRIGUES - Muito boa tarde a todos e a todas! Uma saudação ao Deputado Nilmário Miranda, que preside esta sessão solene, à Deputada Luciana, à Deputada Teresa, uma saudação toda especial a todos os presentes.

Eu serei breve, mas eu queria aproveitar, sobretudo, no momento em que o Secretário Executivo Eduardo fez a apresentação das ações do Governo de Estado, em nome da Secretaria da Criança e da Juventude, só para situar um pouco das ações e como está estruturada a rede no âmbito da proteção, da assistência social no Estado.

Neste momento, nós estamos representando o Secretário Bernardo D'Almeida, Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Pernambuco.

Ao falar da assistência social, a gente fala de algo que já foi tratado aqui, da necessidade de a ação pela erradicação do trabalho infantil ser permanente. É assim que a gente trabalha na assistência social, através de uma ação constante, permanente, para além desses grandes movimentos em que nesses momentos a gente intensifica, amplia, cria novas frentes. Nesse sentido, é importante registrar, por ser uma ação permanente, que nós integramos o FEPETIPE, o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que tem uma atuação importante aqui no Estado de Pernambuco como um todo. Participamos e temos ações previstas num plano estadual, como foi muito bem colocado pela Presidente do CEDCA do Estado de Pernambuco.

Aqui em Pernambuco temos uma agenda de convergência, em que várias secretarias se encontram, sobretudo também na área da assistência social. É uma agenda de convergência que está tratando, específica e particularmente, das ações de prevenção para a Copa do Mundo de 2014, como também existe espaço para discutir a agenda de carnaval também nessa agenda de convergência.



É importante registrar que no Núcleo da Assistência Social a gente tem uma primeira resposta, uma primeira e mais ampla resposta no quesito da erradicação do trabalho infantil. Eu acredito que todo mundo lembra. Sempre quando falamos do trabalho infantil, a gente lembra do principal programa implantado, que é o PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Pernambuco foi um dos primeiros Estados a ter esse programa implantado, em 1996/97, e foi o grande responsável pela redução do trabalho infantil no passar dos anos. Porém, ele vem diminuindo sua eficácia de uns anos para cá. Isso é o que nós temos constatado. Não é à toa que, por conta dessa redução da sua eficácia, por diversos motivos, a gente identifique, sobretudo quando houve o processo de imigração PETI/Bolsa Família. Isso aconteceu não só em Pernambuco, mas no Brasil como um todo. Ele acabou reduzindo a sua eficácia, tanto que foi reordenado no ano passado, em 2013, quando houve um reordenamento desse programa.

Então, hoje, a ação socioeducativa no âmbito da assistência social não é mais dos chamados Núcleos de PETI, na antiga jornada ampliada. Hoje está organizado como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Foi uma mudança que aconteceu desde o ano passado. Houve um processo de imigração e ainda estamos passando por ele. As Prefeituras que aqui estão poderão falar a respeito.

Desde julho do ano passado, tínhamos a expectativa de que o Governo Federal operacionalizasse esses processos de imigração, mas desde julho ainda estamos em processo de transição. Somente agora houve um repasse de recurso e se conseguiu efetivar uma nova forma de organizar esse Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que, para uma perspectiva interessante, vai organizar esse atendimento por grupos, por faixa etária, para criança, para adolescentes e para idosos. O Município vai poder planejar melhor, mas esse processo de imigração trouxe alguns transtornos, sobretudo por essa temporalidade: mais de 6 meses para ser efetivado, inclusive o sistema de acompanhamento não está funcionando ainda. A gente espera, muito em breve, regularizar essa situação para ter uma resposta efetiva em relação ao trabalho infantil.

O grande desafio é sua ampliação. A gente tem números dos mais diversos. A Dra. Paula falou de mais de 100 mil crianças identificadas dos 15 aos 17 anos. Se a gente fosse ampliar para faixas etárias menores, o IBGE fala em 270 mil crianças.



Já tivemos em Pernambuco mais de 300 mil crianças no PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que é nessa nova roupagem, se a gente atender todas as crianças somente de trabalho infantil, vamos ter 92 mil. Então, mesmo com toda a resposta, a gente ainda não consegue atender sequer às crianças que a gente atendia no antigo PETI, com essa nova roupagem. É um desafio grande, sobretudo quando a gente fala de rede de proteção, talvez um dos principais dilemas. O que fazer quando encontrar a criança em situação de trabalho? Como oportunizar? Por um lado, temos avanços importantes em relação à escola em tempo integral, semi-integral — isso na rede estadual —, mas, quanto ao trabalho infantil, estamos falando sobretudo da escola fundamental. O Mais Educação é uma resposta importante, mas ainda tem as suas dificuldades para ser implantado na escola municipal.

Nesse sentido, ao falar da rede da proteção especial, a gente tem uma defasagem muito grande. É um desafio muito grande os Municípios organizarem a sua rede, terem seu CRAS, seu CREAS, terem o serviço de convivência funcionando, às vezes uma unidade de retaguarda. Isso é um desafio muito grande.

A gente tem muita dificuldade. Essa dificuldade também se dá para o próprio conselheiro tutelar, porque às vezes essa é a pessoa de referência, instituída pelo estatuto como pessoa responsável, mas, por um lado, às vezes não tem estrutura e às vezes não tem para onde caminhar, não tem retaguarda. O que fazer? Às vezes não tem carro, não tem uma rede. Aí fica de fato uma situação difícil.

É possível identificar. Nós acompanhamos essa realidade. O Ministério do Trabalho identifica, notifica, o Município tem ciência disso, porém o Município, por não ter rede, fica sem dar resposta porque não tem resposta efetiva a dar em relação a isso. Isso é de fato uma dificuldade.

Outro dado, que é um desafio que a gente coloca, é sobre notificação. Esse dado não é notificado efetivamente. A gente tem dificuldade, seja pelo não uso do SIPIA CT, o Sistema de Proteção à Infância pelo conselheiro tutelar, como também pelos outros órgãos, que têm a dificuldade de notificação.

Temos uma rede de proteção em todo o Estado. Todos os Municípios pernambucanos têm CRAS, Centros de Referência de Assistência Social. Temos mais de 120 Municípios que têm seu CREAS, Centro de Referência Especializado



de Assistência Social e temos uma rede complementar com 13 CREAS regionais, que são estruturas em que o Estado faz essa rede de retaguarda, sendo referência especializada de assistência social de âmbito regional.

Mesmo assim, a gente não consegue dizer efetivamente, por não termos pesquisas estaduais específicas para essa situação. Colocam-nos um alerta muito grande para algumas situações de Pernambuco, em que, apesar de termos uma redução do trabalho infantil na última década, a gente tem Municípios em que esse número cresceu porque mudou a forma. Houve o crescimento, sim, do trabalho infantil em alguns Municípios, em algumas atividades específicas.

Então, as respostas que estamos dando não estão sendo efetivas. Esse é um desafio grande para todo mundo, para a rede de retaguarda.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Joelson...

O SR. JOELSON RODRIGUES - Pois não.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Desculpa. De fato, a gente tem dificuldades de ter um dado mais objetivo. Por exemplo, a PNAD de 2011 dava 119 e a de 2013 deu 137. Ou seja, houve um crescimento do trabalho infantil.

Quando a gente vai procurar mais detalhadamente, a gente identifica, em primeiro lugar, na indústria... Eu não sei exatamente, porque quando a gente pesquisa a gente não sabe identificar, é o que chamamos de indústria de transformação, no transporte de cargas. Depois é o trabalho de rua, que certamente deve ser o comércio ambulante, o estacionamento e tal.

Embora hoje o foco não seja esse diagnóstico, como a nossa CPI vai continuar, eu acho que era muito importante que a gente conseguisse, se não tem a pesquisa estadual, na convergência de várias informações, identificar aqueles vetores mais importantes para a gente fazer um trabalho sistemático com um foco específico.

Às vezes, quando a gente debela uma situação mais grave, isso dá uma redução significativa. Claro, além do debate cultural e ideológico, que será permanente, o debate de ideias, da consciência disso. Isso será algo que permeará toda a ação e toda a preocupação da gente o tempo todo. É óbvio que também isso muda o tempo todo, até porque houve um crescimento muito grande em Pernambuco. A própria questão do desenvolvimento, do crescimento e da atração



de indústrias tem um bônus e tem um ônus. O ônus é essa questão da sustentabilidade, com a qual a gente vem se preocupando, e o próprio Governador tem debatido esse assunto, mas de fato a gente precisa tirar consequências para que isso não evolua, porque com o crescimento econômico a gente pode descontrolar uma situação que precisa identificar com mais clareza para poder montar a estratégia.

O SR. JOELSON RODRIGUES - Sem dúvida, Deputada. Nesse sentido, é importante, em Pernambuco, já identificar várias situações. A gente tinha um impacto grande no corte da cana, na indústria açucareira. Hoje praticamente não encontra mais. A gente tinha um impacto muito grande em muitas empresas, indústrias que o Ministério do Trabalho identificou. Então, o que a gente identifica ainda acaba sendo pontual, mesmo sendo um número muito grande, ou seja, o polo têxtil — isso é algo que nos preocupa —, porque estamos falando não na indústria, naquela grande indústria, mas estamos falando das facções, dos fabricos, das casas em que a ajuda e o apoio se misturam naquela realidade.

Isso, cada vez mais, é uma realidade que nos preocupa, ou seja, se a gente for olhar Municípios como Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, isso é um dado que alarma. De fato, é a reconfiguração da exploração do trabalho e nada mais ao fundo que, para além da questão cultural que existe efetivamente, além da questão da rede, a gente tem um dado efetivo, que é a associação econômica. É mais barato o trabalho de criança. Então, para a gente é importante não perder da mente isto: é mais barato o trabalho de criança. Então, é isso.

Nesse sentido, nesta audiência, além dessa rede de proteção, desses desafios como um todo, só quero registrar e pontuar em relação ao que a Secretaria tem efetivamente. Nós temos essa perspectiva da necessidade de uma rede de proteção. O Estado, a partir da área de assistência social, desde o ano passado, implantou um sistema de cofinanciamento da assistência social. O Governo do Estado, na assistência social, é coordenador, mas não é o grande executor. Em geral, é o Município que executa e efetiva as políticas de assistência social. E nós conseguimos, em Pernambuco, implantar um sistema de cofinanciamento de serviços permanentes na assistência social, ou seja, para ajudar o Município a criar sua rede de retaguarda. Por isso, aqui em Pernambuco, já foram repassados,



transferidos mais de 1 milhão e 700 mil reais para o Centro da Criança e do Adolescente — CCA. Trata-se de um programa estadual chamado Vida Nova, em 40 Municípios diferentes. A gente tem esse repasse já realizado. Foram 1 milhão e 700 mil reais já repassados a 40 Municípios.

Temos o Centro de Juventude, voltado ao público jovem. Foram mais de 1 milhão e 400 mil reais repassados a 10 Municípios para implantarmos um Centro de Juventude, além de um centro que nós temos de execução estadual, aqui em Santo Amaro, que atende à realidade de Recife como um todo. É um programa que tem como público prioritário a população em situação de rua. Temos um repasse realizado de 4 milhões de reais para fortalecer os CRAS de todo o Estado. Todos os CRAS receberam um cofinanciamento estadual para ajudar no seu financiamento, seja para contratação de mais equipe técnica para ajudar no custeio e manutenção em 183 Municípios, ou seja, quase todos os Municípios receberam recursos.

Temos um serviço voltado à inclusão produtiva, pensando na estrutura da família, nos pais. Foram mais de 100 milhões repassados para 40 Municípios para o programa Pernambuco no Batente. É um recurso que já está na conta dos Municípios para estruturarem sua rede de proteção, como também uma ação voltada à segurança alimentar com líderes comunitários, 600 mil reais, totalizando quase 14 milhões de reais que o Estado, por meio do Fundo Estadual da Assistência Social, repassou para os Municípios pernambucanos. Isso foi no primeiro ano que a gente implantou o sistema fundo a fundo de transferência. Para este ano, a gente espera que esses números dobrem. A gente está definindo isso efetivamente, mas a gente quer contribuir cada vez mais para que se consiga efetivamente ter uma rede de proteção.

No carnaval, especificamente, já foi colocado o que a Secretaria da Criança e da Juventude vai fazer com os espaços protegidos. Nós, da Secretaria, numa ação integrada com a área de direitos humanos, a área de defesa do consumidor, a área de promoção da cidadania, pensando no público LGBT, pensando em populações específicas, teremos o Carnaval com Direitos Humanos. Também estaremos na rua durante o carnaval, estaremos especificamente no Galo da Madrugada, no Recife antigo, no carnaval de Olinda, Bezerros, estaremos no aeroporto, Vitória de Santo Antão, nas áreas da mata, com equipes dos CREAS regionais na rua, fazendo



atendimento, encaminhamento, esclarecimento a esse público, além da produção de material, na perspectiva de defesa de direitos, de promoção de direitos, contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, contra o trabalho infantil, contra a violação de direitos como um todo. Aí nós estaremos produzindo material e mandando para todos os Municípios pernambucanos que em geral têm suas frentes, suas dinâmicas, suas atuações. Então, nós estamos com essa agenda durante o carnaval de 2014. É uma agenda, como já falamos, permanente para o ano todo. O desafio é grande, mas estamos aqui para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Obrigado, Joelson.

Com a palavra o Dr. Leonardo Osório Mendonça, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho. Depois eu vou passar para uma pessoa de Recife e uma de Olinda. Nós vamos abrir para um monte de gente falar.

O SR. LEONARDO OSÓRIO MENDONÇA - Boa tarde, Deputado Nilmário Miranda, Deputada Luciana Santos, Deputada Teresa Leitão!

Primeiro, eu gostaria de falar da minha satisfação, inclusive pessoal, de participar de um evento como este. Desde quando eu vi, num dos *blogs* da capital, que a CPI do Trabalho Infantil tinha sido instalada, eu percebi que era um espaço bastante importante para nós avançarmos neste problema grave e histórico em nosso País.

É importante lembrar que, na época de Cabral, entre seus marujos e grumetes, existiam diversos com 12 anos, 13 anos. Então, não é um problema que vem de hoje, é um problema que já tem mais de 500 anos, mas é um problema com o qual nós temos que acabar o mais rápido possível.

Eu costumo dizer que o Estado brasileiro falha. Quando eu falo que o Estado brasileiro falha, eu me incluo também, porque eu faço parte de uma instituição do Estado que tem entre as suas principais missões erradicar o trabalho infantil. Não é preciso ser nenhum *expert* ou doutor no assunto para ver que o trabalho infantil, infelizmente, não está erradicado em todo o nosso País: nas regiões mais pobres e nas regiões mais ricas. Mas é preciso acabar com isso.

Os números do trabalho infantil têm reduzido bastante. De 2000 a 2010, a OIT fala numa diminuição em torno de 67% na quantidade de crianças trabalhando, no



percentual de crianças trabalhando, mas o número ainda é bastante elevado. Com base nisso e considerando inclusive o que foi exposto aqui, eu vou colocar o que eu entendo que é importante, quais são as medidas cabíveis importantes para se combater o trabalho infantil em todos os momentos. Na verdade, são as mesmas medidas com outro enfoque para se combater o trabalho infantil no carnaval.

Uma das medidas importantíssimas — não há como negar — é cobrar dos poderes responsáveis a adoção de políticas públicas cabíveis e compatíveis para dar às crianças pobres do nosso País condições para que elas tenham alternativas e não apenas trabalhar. Não adianta tirar uma criança pobre da situação de trabalho infantil e não dar alternativas para essa criança. Em fiscalizações que nós já fizemos, com o Ministério Público do Trabalho junto com o Ministério do Trabalho ou de forma autônoma, em muitas situações, nós encontramos núcleos do PETI que eram simples depósitos de crianças. Infelizmente, lá as crianças não faziam nada, não tinham atividade pedagógica, não tinham uma alimentação adequada. É lógico que essa criança não vai a um lugar adequado para ela.

Então, o que a gente tem que fazer com a criança pobre? Fazer aquilo que eu, graças a Deus, graças à educação que meus pais me deram, graças ao estudo que eu tive, tenho condições de fazer com os meus filhos: dar uma aula de inglês, dar uma aula de música, dar uma atividade extracurricular para essa criança. O Estado tem que dar às crianças pobres políticas públicas para que elas tenham alternativas. A gente não pode simplesmente tirar essas crianças do trabalho infantil e jogá-las nas ruas, porque elas vão voltar. Então, nós temos que dar alternativas para essas crianças.

Qual é a política pública que tem que ser feita, por exemplo, numa época de carnaval? Já foi colocada aqui, inclusive pela Deputada, a questão de se ter um espaço compatível, um espaço de convivência para essas crianças pobres. Normalmente, a gente via muito, mas diminuiu bastante aqui no Recife nos últimos anos — eu posso falar inclusive como fiscal, porque eu já fiscalizei alguns núcleos, mas também como folião —, crianças catando latinha, por exemplo. O que acontecia e acontece em todas as feiras, em todos os locais? Muitas vezes, o pai vai trabalhar e não tem com quem deixar a criança. Já que a criança não está fazendo nada, vai catar latinha. Então, elas precisam de um espaço público com dança, com arte, com



atividades lúdicas, com brincadeiras, para que possam estar exercendo o seu direito de brincar, como bem disse a Deputada Teresa Leitão.

É muito importante que isso seja feito não só no carnaval, mas durante o ano inteiro. É importante que os Estados pensem, por exemplo, na adoção de uma política de escola aberta. Infelizmente — a Dra. Paula constatou isso —, vê-se muita criança que vai vender produtos nas praias do litoral pernambucano, porque não têm onde ficar nos finais de semana. Os pais vão trabalhar, e a criança não tem onde ficar. E ela não tem alternativa. E nós temos que dar alternativa para essas crianças. Precisamos cobrar dos poderes públicos, todos devem cobrar. A sociedade, inclusive, também deve cobrar, porque a sociedade também é culpada pela existência do trabalho infantil. Nós somos culpados, como cidadãos brasileiros, e eu vou falar disso melhor depois.

Com base nisso, inclusive, a adoção de políticas públicas hoje é um dos projetos principais do Ministério Público do Trabalho, que foi reconhecido, inclusive, na última conferência da Organização Internacional do Trabalho sobre o trabalho infantil, como uma das boas práticas do Brasil para a erradicação do problema, o que tem feito com que colegas do Ministério Público do Trabalho aqui do Brasil visitem países como o México, que já convidou um colega — ele está indo, inclusive, agora, na época do carnaval —, e República Dominicana, para mostrar nesses países a experiência do Ministério Público do Trabalho brasileiro no combate ao problema.

Outro problema está ali: conscientização. E eu trouxe até aqui também — e isso aqui não é porque eu fui comprar nada nessa loja, não sei nem o que vende, é da minha esposa —, mas eu trouxe umas revistinhas para vocês. Isso aqui é do conselho tutelar. Eu trouxe um material aqui de apoio. Essas revistas, eu vou deixar, o Deputado já tinha me autorizado, eu vou deixar depois para quem quiser, porque é permanente. A gente deve conscientizar a população brasileira de uma forma geral de que o trabalho infantil é nocivo. Em várias esquinas aqui, nos sinais dos bairros mais ricos do Recife, nós vamos ver crianças em situação de trabalho infantil. E a criança só está ali porque alguém compra. A criança não está ali... Se as pessoas... A criança que está ali, o ambulante, o comerciante, que está vendendo ali... A gente



tem que lembrar, por exemplo, que o trabalho infantil no carnaval, a maior parte é informal. Mas muitos daqueles ambulantes são cadastrados.

Em um país mais evoluído que o nosso — nós temos que reconhecer que precisamos avançar muito —, você não veria uma pessoa vendendo, uma criança vendendo Coca-Cola, cachorro-quente, coxinha, o que quer que seja, em uma barraca, porque o comerciante ia quebrar. Por quê? Porque a população nesses países é mais evoluída do que a nossa. Nós, eu digo nós brasileiros, eu me incluo nisso, precisamos evoluir. Nós brasileiros precisamos dizer: nós somos contra o trabalho infantil, porque a lei diz que é proibido. Nós, infelizmente, e eu me incluo também... Eu, por exemplo, se não tem guarda, falo no celular. Nós não temos um nível, uma convicção, um respeito à legislação que todos os países mais evoluídos do mundo têm. Em nenhum país evoluído no mundo as pessoas fazem aquilo que querem. As pessoas respeitam a lei num nível muito mais, assim, rígido do que nós respeitamos.

Então, cabe também, sempre, como eu estava falando, conscientizar as pessoas. Inclusive, é importante que se façam campanhas também no carnaval, por ser uma época de maior possibilidade de incidência de trabalho infantil, de que o trabalho infantil é ilegal, de que o trabalho infantil não pode ser permitido. E é, inclusive, também, importante, e vou fazer um *link* com a atuação do Ministério Público do Trabalho, que se faça essa conscientização não apenas com a classe média e a classe consumidora, mas que se faça também com a classe pobre, que se faça, inclusive, com aquelas crianças que podem ser vítimas de trabalho infantil, mostrando para elas o prejuízo que essa situação de trabalho pode causar para as mesmas.

E, aí, eu coloco que existe um projeto do Ministério Público do Trabalho, chamado MPT — Ministério Público do Trabalho na Escola, que é voltado para capacitar professores e Secretários de Educação dos diversos Municípios para que eles levem o tema do trabalho infantil para dentro da sala de aula. E eu aproveito para falar que eu tenho uma reunião quinta-feira com o Secretário de Educação do Recife, e ele vai fazer de tudo para implementar esse programa aqui no Recife, se possível, no primeiro semestre.



Outro aspecto que é importante para combater o trabalho infantil é a punição, e para sempre, em todos os momentos, e no carnaval. É preciso endurecer as leis para aquelas pessoas que utilizam trabalho infantil. O Joelson citou aqui: o trabalho infantil é barato. Ele tem que se tornar caro! Se as pessoas não querem aprender por bem, que aprendam por mal. Temos que aumentar as punições para aquelas pessoas que utilizam, que exploram, porque a maioria utiliza trabalho infantil, infelizmente, com essa noção de que é mais barato, de que é melhor. Temos que aumentar as punições.

E, por exemplo, no carnaval, qual seria a forma de punir aquele comerciante que está utilizando o trabalho infantil? Por exemplo, que conste no alvará de autorização dele que, caso seja pega uma criança trabalhando em uma barraca — já que a própria sociedade compra, porque era pra própria sociedade reprimir esse comerciante, já que a sociedade, infelizmente, não reprime —, ele vai perder a licença. Poderia, por exemplo, um bloco de carnaval, qualquer prefeitura... A prefeitura que autoriza... Existem aqueles casos de comerciantes totalmente informais, que botam uma caixinha de cerveja e vão vender. Desses, infelizmente, é muito difícil o controle. Mas a maior parte dos comerciantes que estão em barracas montadas, por exemplo, todos aqueles que estão em barracas montadas, eles têm um alvará de autorização para funcionar. Então, o que é importante que conste no alvará de autorização? Uma cláusula expressa dizendo: “*Se for pega criança em situação de trabalho infantil, o seu alvará vai ser cancelado de forma imediata. E também não vai ser renovado nos próximos anos.*” Já que as pessoas, infelizmente, infelizmente, não aprendem por bem, elas devem aprender por mal.

Então, precisamos, também no carnaval, e pra sempre, endurecer as medidas, as punições para aqueles que utilizam trabalho infantil, para que não seja uma triste realidade, conforme bem lembrado pelo Joelson, uma realidade de exploração.

Então, é o que eu penso, a princípio. Eu gostaria de esclarecer a minha insatisfação e de colocar... A Deputada Luciana Santos sabe que em tudo o que for preciso da atuação do Ministério Público do Trabalho aqui no Estado, o Ministério Público estará à disposição da CPI. Muito obrigado. (*Palmas.*)

Vou deixar a revistinha aqui na frente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Obrigado, Dr. Leonardo.

Dr. Fábio, o senhor quer usar da palavra agora também? É o Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho.

Depois nós vamos ouvir a Valéria e a Vera. E abrir depois. Recife e Olinda.

O SR. FÁBIO ANDRÉ DE FARIAS - Deputado Nilmário, Deputada Luciana, Deputada Estadual Teresa Leitão, acho que, de todas as instituições que estão aqui perante este Plenário, a que é mais nova enquanto instituição é a instituição do Poder Judiciário, Justiça do Trabalho. E isso, por um dado muito óbvio dentro do padrão cultural brasileiro, aliás, ocidental, e do padrão institucional: não cabe aos tribunais ter um papel de iniciativa diante de uma política pública. Nós somos receptores das demandas da sociedade. Portanto, o grau de imparcialidade é medido pelo grau de inércia que nós temos, que o Poder Judiciário tem.

No entanto, dentro de uma nova roupagem que a Justiça, o Poder Judiciário tem assumido, talvez excessivamente proativo, mas tentando colaborar no que for possível, nós estamos tentando contribuir com os debates no que diz respeito ao trabalho infantil.

Na semana passada, terça-feira da semana passada, nós tivemos uma reunião nacional, com representantes de todos os Tribunais do Trabalho do Brasil, e a ideia era a gente discutir o que o Poder Judiciário trabalhista pode fazer em torno do tema. Estamos discutindo basicamente... Fica aqui a lembrança, Deputada, existe uma discussão de competência hoje para autorização e expedição de autorização para o trabalho de crianças e adolescentes, e existe um projeto de lei que hoje tramita na Câmara, está no gabinete, salvo engano, da Deputada Benedita da Silva, que trata exatamente desse tema, sobre a atribuição, a competência da Justiça do Trabalho para autorizar o trabalho.

No que diz respeito ao tema específico, a Justiça do Trabalho não tem uma opinião, por conta da novidade. No entanto, particularmente, eu sou egresso do Ministério Público do Trabalho, e dediquei, assim como o meu colega Leonardo, dedicamos os últimos 10, 15 anos de trabalho a essa atividade, e eu acho que os nortes, a senhora já os colocou muito bem, para essa questão emergencial que nós temos hoje: temos que criar espaços de abrigamento para as pessoas trabalharem.



Essa ideia que o Leonardo propôs aqui agora, eu acho que é uma ideia extremamente interessante, de você fiscalizar a ação.

Agora, assim, do ponto de vista mais do futuro, Deputada e Deputado Nilmário, eu acho que nós temos que nos preocupar muito mesmo, até com essas coisas desses números, porque a gente fala na escala de milhões e de milhares de números estratosféricos... E a gente não consegue, simplesmente, achar as crianças. Se o senhor pegar — eu fiz uma pesquisa aqui no Estado de Pernambuco, e empiricamente eu fiz umas pesquisas, dialoguei com outros colegas também —, para o senhor ter uma ideia, não existe nenhum processo de criança, nenhum processo judicial trabalhista no Estado de Pernambuco. Não tem nenhum! É paradoxal, porque se a gente for pegar a Justiça do Trabalho como parâmetro, nós não vivemos na Suíça, não. Nós vivemos em lugares muito melhores, porque a gente tem institucionalidade. Ela simplesmente não consegue, estamos tão distantes dessa população, desses problemas, que elas não chegam à institucionalidade. Isso é uma coisa extremamente difícil. Por quê? Porque muitas das vezes a gente tem até que ver, por exemplo, quando o IBGE estabelece o conceito do trabalho infantil, a gente tem que saber o quê que o IBGE estabelece como conceito de trabalho infantil. Porque, algumas das vezes, ficam espaços extremamente difíceis de você identificar, de você perceber. E eu não quero que ninguém responda, mas alguém conhece alguma criança trabalhando no seu espaço social? É porque eu acho que a gente está lidando... Tem alguém, algum vizinho de vocês que bota uma criança para trabalhar? Não sei, eu não conheço ninguém que tenha uma criança trabalhando. Eu não estou dizendo que não existe, o que eu estou dizendo é que nós estávamos discutindo aqui a situação de Araripina. Araripina é um polo que no dia que Araripina fechar, a indústria da construção civil no Brasil fecha, porque 98% do gesso é produzido aqui, em Araripina. Uma parte grande das placas de gesso, elas são produzidas dentro de casa, e o problema é este. No agreste, um grande problema do polo têxtil é que a produção têxtil é dentro de casa, e este é um problema muito grande. Se você pegar na zona da cana, nós temos 25 mil produtores de cana nesse Estado. Apenas 200 produzem mais de 10 mil toneladas, porque o resto tudinho, uma grande parte, produz uma tonelada. E o senhor sabe o que é isso? Sr. Deputado, sabe o que é isso, o senhor, que é um homem



extremamente experiente? Isso é agricultura familiar, é o cara que vai cortar a cana com a família.

Então, a gente tem hoje todo um complexo, toda uma série de problemas que vão desde o conceito mesmo, desde a identificação. Para lhe ser sincero, Deputado, se o senhor me permite dar uma sugestão, poderia convidar alguém do IBGE para tentar dissecar que conceito é esse onde a gente arruma 3,5 milhões de crianças trabalhando e simplesmente ninguém vê, ninguém conhece. Eu reitero: não estou dizendo que não existe, não; estou dizendo que a gente precisa, nós precisamos realmente nos dedicar ao problema, porque se a gente não identificar onde está o problema, a gente nunca vai ter resolução.

A Justiça do Trabalho, mais uma vez, coloca-se à disposição para contribuir, colaborar com os debates. Como instituição, ela realmente ainda não tem muito o que falar, dada a novidade do tema.

Essa questão mesmo de catar latinha, a gente fica: *Vamos punir a cadeia produtiva*. Mas qual é a cadeia produtiva de catação de latinha, gente? O cara que canta latinha, ele canta para ele, entrega ao pai, que muito provavelmente entrega a um terceiro. Isso, quando vai chegar à indústria de reciclagem, já passou pela mão de pelo menos uma leva de miseráveis. Cada um tira um centavo dessa história. Então não dá nem para... A gente fica imaginando as coisas.

Então, eu acho que realmente as dificuldades são grandes, mas eu acho que a senhora apontou caminhos maravilhosos aqui para o evento imediato: carnaval de Olinda. Carnaval de Olinda, o que é que nós temos que ter? Centros de Abrigamento e uma estrutura de fiscalização que efetivamente funcione, que saia da ideia... Teve uma vez que eu dei uma ideia, todo mundo ficou chateado: Vamos cancelar as folgas de todo mundo da vigilância sanitária, das fiscalizações do Ministério do Trabalho, pôr um bocado de gente, botar o pessoal para fiscalizar e ver o que é que a gente..., aonde a gente vai levar essas crianças. Obrigado.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Dr. Fábio, Dr. Fábio, eu acho que V.Exa. tocou num assunto que nos inquieta, não é Nilmário? É exatamente essa questão da invisibilidade do trabalho infantil, principalmente. Por isso mesmo, talvez, a OIT tenha selecionado o trabalho doméstico como a pior forma de trabalho infantil, talvez exatamente pela invisibilidade. E, claro, pela dimensão e escala que



ele tem e pela... E que ele vem recheado assim de certa naturalização, na medida em que é a própria família que acha que aquilo ali é uma coisa positiva para os seus filhos.

É exatamente isso que nos inquieta. Como homem do mundo jurídico e da Justiça, que sugestões poderiam ser dadas para que a gente... Porque é um espaço privado, não é? É um espaço privado. Como a gente, além do debate de ideias, além da questão cultural, como as instituições públicas, então, podem adentrar esse espaço privado, numa perspectiva de resgate? Essa é uma coisa que nos inquieta lá. Porque, este ano, a *Folha de Pernambuco* fez uma série de reportagens, uma semana inteira de reportagens sobre o trabalho infantil. E muitas delas enaltecedo inclusive a experiência que eu acho que a Dra. Paula falou aqui, que é exatamente a gente criar mecanismos de estimular as empresas que absorvem jovens aprendizes oriundos e uma série de outras iniciativas que eu acho que são muito saudáveis, mas que foi bem destacado. Mas tem coisas culturais, como tem na própria matéria, que é a família que vai para a praia e que dá dinheiro às crianças pobres para encher a piscina — quer dizer, coisas assim absurdas, que têm a ver com o comportamento cultural —, para encher a piscina do seu filho.

É claro que isso são coisas mais pontuais, mas que revelam o peso cultural desse debate. Não é a escala. A escala está na atividade econômica, no trabalho doméstico, principalmente na agricultura familiar, mas essa questão do trabalho doméstico nos preocupa. Além dessa matéria da *Folha*, acho que foi no ano passado, ainda, foi capa do jornal, aqui, exatamente o setor da moda, a cadeia produtiva da moda, exatamente por essa especificidade, que são peças em escala, e que acontece dentro de casa, como V.Exa. aqui se referiu. Então, só a título de sugestão, que mecanismo a gente poderia fazer para ocupar esse espaço, que é público?

Registro aqui a presença do Vereador de Olinda, Marcelo Santa Cruz. Muito bem-vindo, Marcelo. (*Palmas.*) É o Líder do Governo lá no... Ah, o Secretário de Olinda também, Humberto. Bem-vindo, Humberto.

O SR. FÁBIO ANDRÉ DE FARIAS - Deputada, com absoluta certeza, os gestores nacionais do programa do TST, Dr. Lélio Bentes e a Dra. Kátia Arruda, procurarão a Comissão, porque são pessoas que estão extremamente empenhadas



nisso aí. Porque a demanda que a senhora coloca é uma demanda que, por um lado, a gente tem proteção à criança...

Nós temos conflitos sempre muito presentes aí. Por um lado, a proteção à criança e, por outro lado, a chamada inviolabilidade do lar, que serão princípios que terão que ser harmonizados dentro de uma estrutura jurídica que, no final das contas, resolva o problema. No caso da Justiça do Trabalho, o que nós estamos, em primeiro lugar, tentando investir é num processo de formação pessoal dos próprios juízes. Porque, na medida em que esse tema é extremamente distante do julgamento, da jurisdição, é natural que os juízes não tenham opiniões formadas sobre isso. E efetivamente nós precisamos começar a ter opiniões formadas sobre essa situação. Certo?

Agora, uma das coisas que a gente tem que colocar no debate é: essas crianças e adolescentes estão trabalhando em lares que a gente poderia denominar de lares estruturados? Elas estão trabalhando para a classe média? Elas estão trabalhando para... Sabe? Não sei. Quando a gente fala de trabalho infantil, às vezes eu fico olhando assim aquela senhora que precisa sair de casa, porque ela precisa trabalhar, só que ela precisa deixar os filhos dela com alguém. Aí deixa os filhos dela com a filha da vizinha, com o filho da vizinha, deixa com o próprio filho que é um pouquinho mais velho. É um debate extremamente difícil. Acho que todos nós estamos começando, estamos engatinhando nessa situação. Daí até porque a gente pode, nós podemos, a senhora e o Deputado Nilmário sabem o quanto é importante, o quanto foram importantes determinadas garantias, a existência delas, e dentre elas a inviolabilidade do lar.

Esse é um tema extremamente complicado, é um tema difícil, é um tema, até certo ponto, de Governo, porque, por exemplo: Os auditores fiscais poderiam entrar? Com autorização judicial, poderiam. Só que para pedir essa autorização judicial a Advocacia-Geral da União teria que mobilizar o seu corpo de advogados para que processassem e procedessem a defesa disso aí. Será que a Advocacia-Geral da União tem essa situação como uma das situações que ela perceba como sendo problemática na atuação do auditor fiscal? Porque tem isso. Às vezes, você passa por um processo de sensibilização mesmo. Certo? Às vezes, as instituições, e estou falando, como eu migrei do Ministério Público do Trabalho para a Justiça do



Trabalho, estou falando de pessoa que viveu as duas realidades, de ver a realidade que o colega Leonardo fala, de uma mobilidade que a colega Paula, a colega Simone, os auditores fiscais, que a fiscalização tem, que é de uma mobilidade imensa de sair atrás das coisas, para hoje participar de uma instituição que é absolutamente inerte, no sentido do conceito jurídico. E, por conta desse conceito jurídico, ela, muitas das vezes, se torna insensível, porque ela não consegue perceber algumas coisas como problema.

Os auditores fiscais têm o problema de acesso às residências, que poderia ser superado por que meio? Por uma ordem judicial. Agora, só que os auditores fiscais não podem entrar com a ação, porque eles não são representantes da União, eles são servidores públicos. Representantes da União são os Advogados da União. Então, o que eu digo é: aí tem que chamar a Advocacia da União. Será que a Advocacia da União sabe que existe esse problema? Não sei. Não estou dizendo que eles saibam ou que eles não saibam. Mas será que isso, institucionalmente, está resolvido? Não tem, não existe, não vejo...

Eu acho que dá para a gente ter uma solução ótima sem abrirmos mão das garantias fundamentais, que todos nós lutamos muito para tê-las: criança com prioridade absoluta, mas o lar como um espaço inviolável, exceto, antes, por determinação judicial. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Obrigado, Dr. Fábio. É muito importante sua contribuição também.

Eu ia chamar aqui a Vera, mas o Humberto chegou aqui, que é o Secretário. Está bom, Vera? Então, nós vamos dar 10 minutos e depois, em seguida, a Valéria...

Humberto, por favor. O Humberto de Jesus é Secretário do Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos de Olinda.

O SR. HUMBERTO DE JESUS - Boa tarde a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Humberto, só para o seu conhecimento, nós ouvimos aqui a Rosa Barros, do Conselho Estadual; depois ouvimos o Eduardo Gomes Figueiredo, Secretário-Executivo de Articulação e Projetos Sociais da Secretaria Estadual; depois a Dra. Paula Moreira Neves Pereira, Auditora Fiscal do trabalho, que se especializou na inspeção do trabalho infantil, no trabalho articulado; depois ouvimos a Teresa Leitão, que foi da Frente Parlamentar,



nossa Deputada Estadual; o Joelson Rodrigues, que colocou também o trabalho integrado, Gerente do Sistema Único da Assistência Social da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; depois ouvimos o Dr. Leonardo, que apresentou a perspectiva do Ministério Público do Trabalho; e o Desembargador Fábio. O tema é trabalho infantil. Agora, claro, também buscando discutir um pouco a prevenção do trabalho infantil durante o carnaval.

O SR. HUMBERTO DE JESUS - Boa tarde a todos e a todas. Eu queria saudar, vejo aqui neste auditório que há muitos amigos, muitos companheiros da luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente e da luta dos direitos humanos; saudar o companheiro Nilmário Miranda que, para nós, aqui, de Pernambuco e do Brasil, é uma das referências na luta dos direitos humanos. Já presidiu aquela Comissão e construiu muito para que a gente pudesse garantir os direitos. E saudar, especialmente, a minha companheira, minha amiga, Deputada Luciana Santos, pela iniciativa.

Esse é um tema, Luciana, que, para nós, de Olinda, é muito caro. Você foi Prefeita e sabe exatamente do que vou falar aqui, porque todos nós aqui sabemos do esforço que foi construído, principalmente, por conta das características econômicas que Olinda tem para garantir esses direitos. Em Olinda, nós conseguimos, apesar dessas dificuldades, e aqui está um monte de gente que me conhece, que conhece Luciana, que conhece o Prefeito Renildo, que não me deixa mentir, que se constituiu referência para todo o Estado de Pernambuco.

Nós temos lutado muito para assegurar as garantias dos direitos das crianças e adolescentes da nossa cidade. Eu ouvi aqui uma parte da fala do Dr. Fábio e o que ele falou aqui, que eu acho que pode ser a síntese do que nós temos que nos preocupar, é exatamente isso a que você fez referência, Luciana: a invisibilidade do trabalho infantil, principalmente, no que tange ao trabalho doméstico infantil, porque esse é um trabalho que o vizinho sabe que está acontecendo, algumas vezes, mas peca pela omissão em denunciar, porque não quer confusão, não quer briga, porque acha que isso, por conta de um processo cultural histórico, principalmente aqui no Nordeste, é natural, é um processo que educa. Quantas vezes aqui a gente não conhece histórias... Todos nós aqui conhecemos histórias de gente que trouxe a menina do interior para trabalhar como doméstica, sem sequer ter a possibilidade de



estudar ou receber um salário mínimo. É ou não é natural isso na cultura política do nordestino, do brasileiro? É. E não podemos continuar acreditando que isso é invisível. Quantas vezes aqui a gente vai brincar o carnaval e acha natural ver na barraca o menino dormindo embaixo dos engradados de cerveja? Quantas vezes aqui nós achamos natural o menino nos servindo, porque está trabalhando para ajudar os pais e para constituir renda para a família?

Esse é um desafio, Deputada, que não é só da Câmara dos Deputados, que não pode ser só do Poder Público Executivo, que não pode ser só do Poder Público Legislativo. Esse é um desafio que tem de ser de toda a sociedade, toda a sociedade no sentido de fazer um enfrentamento sério a respeito desse problema. Nós, em Olinda, recebemos uma informação e que eu também, às vezes, Dr. Fábio, fico chocado com o número, mas de que havia, segundo o IBGE, a identificação de 1.800 crianças, aproximadamente, que estavam em situação de trabalho infantil, por mais esforços que a gente tenha feito.

Nós, lá em Olinda, temos tentado construir um processo principalmente em parceria com a sociedade civil, com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o conselho tutelar, com as entidades da sociedade civil que trabalham com as garantias dos direitos da criança e do adolescente, que trabalham com as garantias dos direitos humanos no sentido de fazer o enfrentamento da violência sexual infantil e do trabalho infantil. Para vocês terem uma ideia, hoje, em Olinda, hegemonicamente, quem coordena o processo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é a sociedade civil, e nós tivemos um problema seríssimo, Deputados, por exemplo, com o Ministério Público, que fazia uma avaliação de que isso era delegação exclusiva do Poder Público, que as entidades da sociedade civil tinham problemas para poder conseguir constituir esse tipo de serviço. Está aqui o Leandro que não me deixa mentir. Foi um luta para a gente repactuar com o Ministério Público, inclusive, para que essas entidades que já comprovaram... Se a gente quiser, aqui, sair agora e fazer uma visita, a gente vai ver que está funcionando o trabalho lá, que a gente está mudando, está alterando para melhor a realidade de uma série de crianças, mas não era esse o entendimento do Ministério Público. Então, há um processo que, às vezes, dificulta o trabalho do poder público,



do Executivo Municipal. Nós temos tido uma parceria extraordinária, Deputada, com o Governo do Estado.

Estou vendo aqui o Eduardo, estou vendo aqui o Joelson, meus amigos, que têm contribuído muito conosco no sentido de que — não só no carnaval, mas em todos os grandes eventos de que Olinda seja palco —, a gente possa garantir, na maioria das vezes, em parceria com Governo do Estado, o acolhimento e o enfrentamento da exploração sexual e da exploração do trabalho infantil das crianças da nossa cidade.

Eu me atrasei um pouco para chegar aqui porque a gente tomou hoje duas decisões importantes, lá em Olinda, Deputada. Uma foi uma notícia muito boa que a gente recebeu hoje da CPRH — nem sei se Vera, que está aqui, que é Secretária Executiva já sabe — de que, quinta-feira, sai autorização ambiental para construção de mais um cais e de mais um CREAS. (*Palmas.*) E a outra iniciativa, Mel, é que nós vamos constituir, junto com o Conselho Tutelar, o Comitê de Enfrentamento ao Trabalho Doméstico em Olinda, porque este é um trabalho que ninguém vê, mas é o que mais tem tirado aquilo que é mais precioso para as crianças da nossa cidade, do nosso Estado e do nosso País, que é o direito de sonhar, que é o direito de ser criança, que é o direito de poder estudar e de se constituir cidadão para um futuro melhor. Esse é um processo que nós vamos ter que envolver a Igreja, nós vamos ter que envolver os centros comunitários, nós vamos ter que envolver as entidades...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Humberto, você falou que vai ser Comitê de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Doméstico, é isso?

O SR. HUMBERTO DE JESUS - É. Comitê de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Doméstico, que vai ser o foco, Deputado. A gente pensa no trabalho infantil, de maneira distante e, às vezes, equivocada, no menino ou na menina que está trabalhando na carvoaria, que está trabalhando, quebrando coco babaçu, lá no longínquo Maranhão, ou, às vezes, está ao lado de casa. É a menina que é forçada a cuidar do irmão mais novo, durante 10, 12, 15 horas por dia, a quem se tem negado o direito de estudar, o direito de brincar de boneca. É um menino que, na maioria das vezes, quando acontece a violência sexual, é cometida por alguém de núcleo familiar, pelo padrasto, pelo tio, pelo pai, pelo vizinho. É um processo que tem que estar conjugado, tem que caminhar junto, no sentido de fazer o



enfrentamento dessas duas situações, porque, na maioria das vezes, inevitavelmente, uma situação caminha lado a lado com a outra.

Então, meus companheiros e minhas companheiras, o que eu tenho para dizer para vocês aqui é que nós também, além dessas iniciativas que eu já citei, reordenamos e criamos a coordenadoria e a equipe técnica do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Olinda, numa parceria com o Governo do Estado, numa parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social.

A gente fez parte agora, como eu já citei aqui, da elaboração do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil com foco no trabalho doméstico. Hoje, Olinda tem 18 grupos de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para atender crianças oriundas do trabalho infantil. Um processo de readapatação deles na sociedade, na comunidade, na escola, para garantir que não tenham que trabalhar para sobreviver ou, na maioria das vezes, para ter que garantir a sobrevivência de um adulto irresponsável.

Temos feito lá também ações de combate ao trabalho infantil, pontuadas no carnaval e nas grandes atividades. Olinda, Deputado Nilmário, é a cidade-sede do maior centro de shows do Estado de Pernambuco. Fica em Olinda o Centro de Convenções, e essas grandes atividades recebem um número extraordinário de crianças que estão ali em situação de vulnerabilidade.

Daí eu tenho de reconhecer, de público aqui, Deputada, o esforço que tem sido feito pelo Prefeito Renildo para tentar valorizar a atuação desses guerreiros e guerreiras — eu estou vendo alguns aqui — do Conselho Tutelar de Olinda. (*Palmas.*) Eles têm contribuído conosco (*palmas*), de maneira extraordinária. Têm feito plantões, desde setembro do ano passado, nas prévias do carnaval, sem receber diária extra, sem alimentação, porque as condições financeiras da cidade não permitem isso, e não têm faltado a essa luta, não têm faltado ao compromisso que fizeram quando foram eleitos conselheiros tutelares. E também o esforço feito pela equipe de abordagem que a gente tem na Secretaria, coordenado aqui por Mel, do CREAS, para que a gente possa identificar essas situações.

Nós, de Olinda, fomos uma das 84 cidades do Brasil que conseguiu se habilitar ao Programa Crack, é possível vencer. Hoje, nós fizemos uma reunião muito boa com a equipe técnica lá da Secretaria, Deputada, e tudo indica que hoje



vamos conseguir triplicar a nossa equipe de abordagem no Município já antes do carnaval. Só estamos resolvendo a situação burocrática de como será feito o pagamento. Isso nos enche de orgulho e de entusiasmo, porque esse é um compromisso em que, além das obras fundamentais que têm que ser feitas em todas as cidades, de pedra e cal, o imprescindível é, principalmente, cuidar da nossa gente. Acima de tudo, esta é a opinião da nossa gestão: cuidar daquela gente que mais precisa; que tem mais situação de vulnerabilidade, que tem mais dificuldade em se defender: as mulheres, os negros, a população LGBT, a população indígena, as crianças e os adolescentes.

Isso tem sido um esforço coletivo. Não começou comigo, não vai terminar comigo, não tenho feito sozinho, mas eu tenho certeza de que, com as parcerias que a gente tem conseguido consolidar, é um trabalho que não termina quando terminar o mandato, não termina quando sair o gestor, mas é um trabalho cujo processo a gente tem tentando construir, de forma que se consolide como política de Estado, como política de gestão, para que toda criança, todo adolescente da nossa cidade tenha o direito e a liberdade de ser feliz e sonhar com um futuro melhor.

Eu vou deixar com os membros da Mesa um exemplar do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual, que nós lançamos ano passado, e espero em breve, muito em breve, poder também entregar a cada um de vocês o Plano Municipal de Enfrentamento ao Trabalho Doméstico.

Muito obrigado. Boa luta a todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Muito bem, Humberto.

Vamos ouvir agora a Valéria.

A SRA. VALÉRIA MONTEIRO CORREIA - Boa tarde, senhoras e senhores! Eu sou Valéria, assistente social, servidora de Recife. Atualmente, assumo a gestão de uma área da política de assistência, de média complexidade, proteção social e especial de média, que é aquela área da política que vai dar conta dos riscos sociais. Então, a política de assistência toma lá como base a família, como *locus* de atuação, e se divide em ações protetivas, preventivas e aquelas ações mais atuantes no risco.

Eu queria só resgatar um pouquinho, para a gente não achar que a política de assistência social vai dar conta de tudo. Um dos princípios da política é tornar esse



usuário alcançável pelas outras políticas. Daí, já no princípio dela, a gente assume a incompletude da política de que é a política de provação às outras políticas, é a política da articulação com os outros órgãos.

Tratar do trabalho infantil, hoje, vem junto de um movimento que a gente tem vivenciado em Recife de muita provação do Ministério Público, de muitas articulações. O Joelson lembrou bem do momento de reordenamento do PETI. É impossível falar de trabalho infantil simplesmente no evento, mas é importante falar do que a gente vai construir no cotidiano desses casos que vão sendo identificados.

No carnaval, a gente vai vivenciar o que Recife já vivencia, completando 10 anos agora, que é basicamente montar duas frentes de atenção, e, como estratégia, monta-se um espaço de proteção, algumas vezes em parceria com atenção redobrada do Governo do Estado. No espaço de proteção, eu tenho dito à Secretaria e a todo mundo para quem eu falo que a gente não pode quantificar o produto dessa ação com o número de crianças que estão brincando no espaço de proteção.

Então, no carnaval, a gente vai vivenciar o que a gente vivencia em outros dois eventos principais da cidade, que são as festividades do Morro da Conceição, da Padroeira do Recife, e de São João. Então, nós chegamos em fevereiro. Tivemos uma primeira experiência com a Festa de São João, ainda muito incipiente, mas eu acho que, no Morro da Conceição, fruto de uma avaliação da equipe e da avaliação do Ministério Público também, nós mostramos os dados mais consistentes dos últimos anos.

No Morro da Conceição, a gente, nesse formato, monta o espaço de proteção com recreação, e, no seu entorno, uma equipe de sensibilizadores vai estar lá para, além da sensibilização, cadastrar as crianças que encontram. A gente descobriu que, com o nome da criança e alguma outra informação sobre seu local de moradia ou escola onde frequenta, a gente consegue, através da base do CadÚnico, chegar ao responsável, ao endereço delas. E, agora, o que me preocupa muito é o que a gente vai fazer com esses dados. A gente vem discutindo fluxo, agora fluxo do evento, mas a gente vem numa discussão com o Ministério Público e com os Conselhos Tutelares que fluxo a gente vai dar de trabalho infantil. Esse fluxo está mais ou menos construído, mas muito nos falta de retaguarda nos serviços da própria assistência social.



A gente hoje tem uma rede, em Recife, que conta com três CREAS, que seria o serviço de assistência. Temos oito CRAS, que vão fazer prevenção, e os três CREAS vão atuar nas situações de violação de direitos. É muito pouco para o número de habitantes e muito pouco para o que a gente já enxerga mapeado. Com o reordenamento do PETI, é importante que a gente entenda como é que isso vai se dar. O contraturno escolar deixa de existir, nesse formato de núcleos que fazem a jornada ampliada, e o Ministério nos traz, desde julho do ano passado, novas ações estratégicas, que vão muito mais nessa linha de identificar a situação de trabalho e trabalhar sensibilizando a sociedade, através de campanhas, para prevenir e para construir uma nova cultura. E aí a gente está em Recife, em vários Municípios, nessa transição.

Então, hoje, em Recife, essa indicação do Ministério chegou junho/julho do ano passado. A gente tinha 18 núcleos do PETI em funcionamento, naquele formato precário em que a gente entende que estava, e está, e o convênio seria até dezembro. Então, o formato deveria mudar em julho, mas a gente tinha um convênio com as entidades até dezembro. Daí, precisamos aditar até junho ainda desse ano e não abandonamos... Assim, a coisa se deu de forma tão dinâmica que o PETI hoje em Recife é o acompanhamento dos 18 núcleos, que se seguem até junho, mas agora, sim, já se debruçando sobre as novas ações estratégicas de identificação de trabalho, de diálogo e de construção de campanhas de sensibilização com Municípios da região metropolitana junto ao Governo do Estado. Nesse caminho aí, a gente conta com uma equipe muito pequena. Hoje a gente tem um déficit na Assistência Social de mais de 300 servidores. A Prefeitura já sinaliza com concurso até agosto deste ano, mas, como fez com o acompanhamento de medida socioeducativa, eu acredito que a gente não tem como esperar até agosto. A gente tem um pleito junto ao Prefeito de que aprove, pelo menos, a contratação de mais 120 técnicos até abril, para que possa dar conta do que a gente tem encontrado. Então, só no Morro da Conceição a gente encontrou... Sim, desde lá, antes do evento, quando a gente chegou, em Recife há dois Centros POP, que são equipamentos sociais financiados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que dão conta do atendimento à população adulta ou infantil em situação de rua com suas famílias. E aí a gente tem, em Recife, 60 educadores sociais que devem estar



circulando pelas ruas, identificando pessoas em situação de rua e sensibilizando-as para a construção de um projeto de vida diferente e longe da rua.

Eu não sei se, com a chegada do Centro POP, mas o fato é que o olhar desses 60 educadores não existia afinadamente para situações de trabalho com crianças. Em fevereiro, chegamos. Lá para abril/maio, construímos, com eles, um primeiro mapeamento para as crianças que eles encontravam na rua. Então, numa primeira leva, num pré-teste que a gente chamou, chegaram 63 casos de crianças trabalhadoras nos sinais e que sofriam, provavelmente, outras velações, abandono, negligência e tal.

As crianças do evento — a gente está falando de dois públicos diferentes — são crianças que referenciam situação escolar, estão na festa, principalmente nas do Morro da Conceição, vendendo calendário, velas, mas crianças do entorno e daquela comunidade. E, ali, lá no espaço de proteção, a gente conseguiu atender, na Festa do Morro, 79 crianças que foram sensibilizadas ou autorizadas pelos adultos a participar das atividades no espaço de proteção, foram cadastradas, e mais 43 crianças que sequer saíram da atividade. Então, eu acho que as 43 crianças que a gente conseguiu mapear que nem chegaram ao espaço de proteção, talvez seja o melhor resultado dessa ação, porque são crianças que não se renderam ao espaço protetivo e que foram indicadas, não sei se por algum adulto, a permanecer naquela atividade.

Embora tenhamos um fluxo construído de que o serviço de abordagem ganha uma nova especificidade de mapear essas crianças, devemos encaminhá-las para a equipe do PETI, que irá manter um diálogo com os Conselhos Tutelares e os CREAS para um possível acompanhamento a partir daí. Então, hoje, a gente tem uma rede muito pequena e eu tenho dialogado com o CRAS. Acabamos de sair do Morro da Conceição, desse mapeamento mais completo, apresentando ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público endereços, nomes de responsáveis e o nome dessas crianças que estavam trabalhando. Mas, talvez agora, com o carnaval, a gente possa estar confirmando os reincidentes. Essa, talvez, seja uma estratégia de média complexidade para que a gente possa estar chegando perto dessas pessoas, afunilando um pouco mais o que seria o público na média, mas podendo fazer uma ação no âmbito da proteção básica dos CRAS, de sensibilização e de fala mesmo



sobre direitos da criança, condicionalidade do Programa Bolsa Família, para que a gente possa, talvez, fazer uma ação preventiva, mesmo em cima daqueles casos em que a gente entende que a atividade era eventual, só em época de eventos, mas as crianças estavam com seus direitos preservados, pelo menos, com a frequência escolar em dia e tal.

No carnaval, para vocês terem ideia, a gente tem tido um diálogo intenso com a Promotora de Justiça Rosa Carvalheira, da Vara da Infância, que tem nos provocado muito sobre as situações que a gente tem encontrado. E, aí, não são poucas — Praia do Pina, Boa Viagem, Meninos Marisqueiros do Pina, Horto Dois Irmãos, o Parque Dona Lindu, nos finais de tarde, os sinais da Imbiribeira, todo final de tarde. E as nossas equipes têm chegado com essas novas demandas, e também tem dado conta do que nos chega da Superintendência Regional do Trabalho. Mas o que nos falta, e que é preciso admitir, é a retaguarda sobre o contraturno escolar. Acredito que o serviço de fortalecimento de vínculo vai dar conta da perspectiva da convivência que a Assistência Social defende que a política assuma, mas não integralmente do contraturno escolar.

É preciso ampliar o diálogo com a educação, tanto no que diz respeito à identificação das crianças trabalhadoras, porque a escola tem muito a nos dizer sobre evasão escolar e quem são as crianças que chegam com indícios de trabalho lá, como também sobre o Programa Mais Educação, em que pé anda o Programa Mais Educação, porque o espaço de socialização, por excelência, seria a escola. Então, estamos em fase de mapeamento, mas a fase de articulação é sobre a que a gente precisa se debruçar um pouco mais, daqui para frente, depois do carnaval. Eu acho que o cruzamento de dados dos dois eventos virá já, já. Para o carnaval, o que tem planejado é que a gente estruturará quatro espaços fixos de proteção — Várzea, Ibura, Marco Zero e Praça do Carmo —, envolvendo 115 pessoas entre sensibilizadores, oficineiros, coordenadores, motoristas, pessoal da própria Assistência Social. A gente fez questão de envolver os educadores sociais, que são pessoas que trabalham no seu cotidiano, identificando formas de trabalho. Então, esse pessoal vai estar envolvido na festa.

A gente segue, amanhã, para a terceira reunião no COMDICA sobre fluxo na festa, porque é bem polêmico tratar disso. Quando a gente trata disso, envolve



Polícia Militar, envolve Conselho Tutelar na festa. Que participação o controle urbano teria nisso, já que tem lá, na sua normativa, o trabalho infantil como foco de observação e de repressão para as próximas ações, para as próximas concessões de comércio? Então, amanhã, a gente segue para o COMDICA defendendo o fluxo, que foi bem polêmico sobre a apreensão de produtos — se não se apreende produto, como agir, se a criança estiver sozinha, com que ala da Polícia Militar a gente vai precisar contar, a gente vai precisar ter uma dupla específica da Polícia ali por perto, ou a gente aciona qualquer um? Mas, a gente segue para a festa com o serviço de abordagem identificando situações de trabalho, no Morro da Conceição. É muito difícil os outros aceitarem, quando a gente traz a Polícia Militar para compor esse fluxo. Mas, é claro, a gente não vai banalizar nem culpabilizar a família que está ali.

Para vocês terem ideia, no Morro da Conceição, todas as crianças que estavam mendigando eram de outros Municípios, as nossas estavam trabalhando. As crianças que estavam sendo utilizadas pela mendicância eram de Cabo, Jaboatão, Itapiçuma, Abreu e Lima. E aí já há uma comunicação do nosso Ministério Público da capital com outras varas de infância.

Bem, no que a gente precisa avançar, o que tem de perspectiva? Até maio, Recife implanta, por acertos já estão estabelecidos, mais um CREAS; até dezembro, mais dois, compondo os territórios do COMPАЗ. Pelo cofinanciamento estadual, até junho — estamos bem atrasados com esse cronograma —, deveremos implantar 200 metas do CCA e 200 metas do CJ. Eu acho que fica aí de desafio o processo de articulação. A gente precisa ter juventude e qualificação, com o Sistema S, com a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Sinto falta da Secretaria da Educação aqui, que sequer foi convidada. Precisamos sentir o impacto de que o trabalho infantil diz respeito completamente a essa política.

É isso, minha gente. Estou aqui para tirar qualquer dúvida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Muito obrigado, Valéria.
Muito bem!

Agora — acho que aprendi isso com a Luiza Erundina; ela disse que não participa de mais nada que não for participativo: CPI, Comissão, audiências —, vou abrir dez inscrições aqui, de 3 minutos. Poderia alguém me ajudar para ir



recolhendo? Pode vir você. Quem vier, vai se identificando. Temos sete, oito... Eu não conheço as pessoas, não tem como... Ele vai ajudar a gente. Você diz quem é.

Vamos manter os 3 minutos, mesmo. Eu quero ouvir muita gente.

A SRA. JOSELMA BISPO DOS SANTOS - Tem que respeitar mesmo, porque o frio aqui está da gota. (*Riso.*) Primeiramente, eu acho que a educação foi convidada, sim. Eu acho que aqui nós somos educadores, sim. A partir do momento que a gente recebeu esse convite, eu sou educadora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Qual o seu nome?

A SRA. JOSELMA BISPO DOS SANTOS - Sou Joselma Bispo dos Santos, mas todo muito me conhece como "Bebê". Está certo? Sou de Olinda. Sou professora do PETI; em 2009, eu fui professora na instituição Fruto da Manhã. Eu me lembro de que, quando eu lá cheguei, eram 23 alunos. E, quando eu saí, dei 72 — eu e minha filha.

Eu acho que está de parabéns a nossa Deputada Luciana Santos. Acho lindo quando eu vejo o PCdoB junto com o PT. (*Riso.*) Isso mostra que a gente é democrática. Eu gosto muito de Humberto de Jesus, quando ele conversa assim comigo. Eu fico ouvindo aqui muitas palavras bonitas, principalmente do Dr. Fábio. Ele ainda está aí? (*Pausa.*) Quando a pessoa fala da dificuldade de analisar os dados, mas a gente precisa ter planejamento familiar.

Eu não posso falar de crianças nas ruas, quando eu boto um Programa Bolsa Família, que é um símbolo bem pequeno, que não dá para suprir as necessidades de uma mãe para tomar conta de seu filho. Quando a gente fala de uma CPI de Criança na rua, é porque nosso salário ainda é muito baixo para sustentar uma família, para pagar uma faculdade. Então, eu acho que é muito complexo.

Conheço meu amigo aqui, Joelson, que sempre está com a gente em Olinda. Eu sei que a luta é muito grande. A gente fala muito de direitos humanos. O Gadotti está capacitando a gente quase todo ano. Mas o que falta ainda nas pessoas é ter uma política pública de vergonha. É ter pessoas como, graças a Deus, a Deputada Luciana Santos, que está aí. Não é porque é minha Deputada não, mas eu tiro o chapéu para você.

Olinda hoje é o que é, porque ela se esqueceu de, talvez, calçar uma rua, mas não se esqueceu de educar as crianças analfabetas, porque o Brasil



alfabetizado... Eu fui professora na Giriquiti e achei lindo: “*Minha mãe, tu vai morrer ali*”. Mas tem criança ali que precisa aprender a ler e a escrever. Então, Luciana, talvez eu não seja essa doutora, não sou formada, não nos livros, mas eu sou formada na base, sou formada na comunidade.

Eu sei que é muito triste você ter que sair de casa, para prover o que dar de comer para seus filhos, e não saber com quem deixa-los. Hoje, a gente em Olinda tem uma instituição, a Shekinah, para a qual eu vou tirar o chapéu, que pega seu filho às 7 horas da manhã e entrega às 5 da tarde, com carro buscando na porta, dando as quatro refeições, que é Rita Teles. Então, eu me pergunto: O que precisa mais? É creche com qualidade. Tem instituição que faz um trabalho melhor do que uma Secretaria de Educação! Deus me perdoe, mas é de fato e de direito! Tem instituição em que você chega e ela acolhe de um jeito que eu não sei como é que vai buscar. Eu acho que ali é amor, é o sofrimento de ter sido uma mãe sofrida.

O Governo deveria, doutor, dar credibilidade a essas instituições que, de fato, querem trabalhar a erradicação das crianças que estão nas ruas. Lá tem cultura, lá tem balé, lá tem teatro, lá tem tudo. Seu filho, que está lá, já sai pronto para uma faculdade, coisa que, às vezes, na própria educação, a gente não encontra isso. Não é porque eles não queiram dar; é que ainda eu acho que a política do Governo Federal, lá de cima — considero muito Dilma, tenho o maior respeito, botei ela lá —, tem que vir muito de baixo. Vamos trabalhar mais a família. Vamos ver, porque tem gente que acha que Bolsa Família é para ter filho e ter filho. E isso está lascando o nosso Brasil! Vamos nos conscientizar de que o Programa Bolsa Família vem para, num tempo, você sair dele e não fazer dele um vício de vida. Eu fui do Programa Bolsa Família. Hoje eu estou bem, meus filhos estão bem. O que tem que ter é programa, Dr. Humberto, que possa envolver essas mulheres para não quererem engravidar, porque acham que, engravidando, é mais 15, mais 20 reais. Temos que dar trabalho, emprego e renda com qualidade.

Luciana, você está de parabéns! Vamos para a CPI fiscalizar e por que não colocar mais políticas de base?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Parabéns. Você falou em 3 minutos, e falou bem! (*Palmas.*)

Agora vou chamar o Fernando Dias, do Conselho Tutelar do Recife.



O SR. FERNANDO DIAS - Boa tarde! Eu estou aqui representado o Conselho Tutelar de Recife. A gente sabe que este momento aqui é de grande importância. A Deputada Luciana Santos está de parabéns com esta CPI! Se a gente não fortalecer esse sistema de garantia, não vai conseguir dar um passo além do que já conseguiu evoluir. A gente sabe que este momento que a nossa cidade está vivendo, nosso País, com Copa do Mundo, com essas festividades de carnaval, tem que acompanhar de verdade mesmo as nossas crianças, que estão sendo vítimas do trabalho infantil.

Ultimamente a gente viu que a mídia colocou um fato isolado, que inclusive aconteceu na minha região de atendimento, de umas crianças que foram localizadas dentro do Canal do Arruda. Mas aquilo ali a gente entende que criança não está tomando banho de canal, que o Prefeito está cuidando da questão do saneamento ali. Foi um fato que correu o mundo todo. Hoje a gente identifica — os companheiros estão aqui — que não tem criança dentro de canal trabalhando, pegando material reciclável. A gente vem acompanhando, junto com o sistema de garantia ali, para poder combater esse tipo de prática. Agora não precisa só criar certa forma de política, se a gente não potencializa quem está executando a política de atendimento, que são as entidades governamentais e não governamentais, porque, hoje, as entidades estão falidas, minha gente! Elas não têm recurso para poder executar um trabalho perfeito como o do PETI, entendeu? Então, como é que a gente vai monitorar esse trabalho? Como é que a gente vai aplicar esse recurso, que é direcionado especificamente para esse público, se a gente não está tendo respaldo qualificado. A gente precisa colocar profissionais que estejam aliados, não pessoas, muitas vezes da comunidade, que formam uma entidade ali, credenciada no Conselho Municipal, que recebem aquele recurso, mas não estão aptas a desenvolver um trabalho com criança e adolescente. Então, isso é preocupante também. Então, a gente precisa buscar a autoestima daquelas entidades que perderam o reconhecimento no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente em toda a região do Estado de Pernambuco, resgatar aquelas entidades que ficaram no anonimato, que perderam seu credenciamento. É preciso trazê-las de volta, porque a demanda é muito grande e é preciso melhorar.



O Dr. Fábio está corretíssimo, a gente vem com essa dificuldade. Hoje, em si, eu não vejo esse tipo de criança trabalhando. Existe muito nos guetos, nas nossas comunidades aí, a questão de lavagem de carro, de criança e adolescente lavando carro, que é um trabalho delicado. Criança, assim, que eu digo, é adolescente já, o jovem já envolvido na questão do tráfico de drogas. Eu digo isso, gente: e trabalhando no tráfico.

E eu recebi uma denúncia de uma mãe que chegou e disse: “*Meu filho tá ali, trabalhando ali, naquela boca de fumo. É ali a boca de fumo*”. E a gente tentou sensibilizar esse jovem. E o conselheiro tutelar, vocês sabem disso, a gente trabalha na comunidade, tem que residir na comunidade. Então, aquele traficante chegou e me chamou e disse: “Ó, se tu mexer aqui, tu vai morrer, cara”.

Então, fica difícil até para gente que trabalha no Sistema de Garantia executar a nossa política de atendimento, porque a gente, às vezes, é vítima também. Os conselheiros tutelares que estão presentes aqui, de Olinda, estão cientes disto: a gente é vítima também, Deputado. Está entendendo como é? Então, o anonimato — viu, Dr. Fábio? — fica nessa situação porque a gente também é vítima dessa condição da retaguarda que a gente não tem. Eu passei por esse momento, eu tive que puxar um freio de arrumação e disse: “*Não, se for para estar sendo conselheiro tutelar, para eu morrer no outro dia, é melhor eu deixar de exercer essa tarefa, porque é delicado demais*”. Está entendendo como é?

Então é uma tarefa bonita, e eu aprendi a gostar. Eu já estou há quase 8 anos nessa corrida de militância, porque hoje o conselheiro tutelar tem que ter a bandeira dele, que é criança e adolescente, não existe essa questão de bandeira partidária. Mas a gente está preparada. O Conselho Tutelar de Recife, junto, em parceria com a Secretaria, com o Conselho Municipal e com todos os atores, a gente vai trabalhar nos plantões que a gente já faz. O Conselho Tutelar é um órgão permanente, então, todos os dias a gente trabalha na luta, com o ônus e com as dificuldades do dia a dia. Entendeu como é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Parabéns pelo seu trabalho!

O SR. FERNANDO DIAS - Então, o Conselho Tutelar, independente do carnaval, independente das grandes atividades que a nossa Capital recebe, a gente



está na militância, presente, constante, para poder executar essa política de atendimento de criança e adolescente.

Então, eu estou aqui em nome dos representantes dos Conselhos Tutelares de Recife. Aqui nós temos oito Conselhos Tutelares; são 40 conselheiros tutelares que estão aí na luta, para poder apresentar uma política de atendimento de qualidade para a nossa cidade do Recife.

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Muito bem! Não podia faltar a palavra do Conselho Tutelar de Recife. Obrigado, Fernando. Parabéns pelo trabalho!

Vou chamar o Eudo Luna e, depois, outra Conselheira Tutelar, a Edilene, de Jaboatão dos Guararapes, que também está aqui.

O SR. EUDO LUNA CAVALCANTE- Boa tarde a todos e a todas! Saúdo a Mesa em nome da Deputada Federal Luciana.

Eu sou Eudo, sou Conselheiro de Saúde de Olinda. Gente, o que eu tenho medo é que a emenda fique pior do que o soneto. É muito bom tirar as crianças do trabalho infantil, muito bom, mas antes tem que se fazer o preventivo.

Eu trabalho com as crianças, eu estou ensinando, estou ajudando no Centro de Convivência, mas vejo que essas crianças não têm o que fazer. Saem do trabalho, tudo bem: a mãe fica sem um apoio; não tem uma creche onde elas fiquem. Então, o Município — não só o Município de Olinda, em geral — tem que tomar uma providência para que a emenda não saia pior do que o soneto, onde o menino saia do trabalho e vá para outra coisa muito pior.

Então, nós temos que cuidar disso com toda a atenção. Os governos têm que se preocupar com isso, porque pode ser que, sem se preocupar com isso, a coisa piore muito mais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Muito bem, companheiro!

Edilene Silva, do Conselho Tutelar de Jaboatão dos Guararapes. Eu só vou ficar pedindo os 3 minutos, para dar chance de vários outros falarem, ouviu Edilene?

A SRA. EDILENE MARIA DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas! Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Luciana Santos.



Meu nome é Edilene, Conselheira de Jaboatão dos Guararapes. O que eu tenho para falar é, primeiro, agradecer o convite, porque eu acho que foi um momento muito rico. A presença das pessoas, as falas eu acho que foram muito, muito mesmo, satisfatórias, me deixaram muito satisfeita.

E o que me deixa mais satisfeita enquanto Conselheira Tutelar é que, em algumas falas, foi questionado o problema da estrutura dos Conselhos Tutelares. Quem é conselheiro tutelar, que está aqui presente, sabe que a gente tem essa questão muito séria da estrutura, o que nos dificulta a exercer melhor nosso trabalho.

Aí também veio a colega que faz o trabalho com o CRAS e o CREAS falando da questão da estrutura da Rede. Isso também dificulta, porque, quando o Conselho Tutelar recebe uma demanda que vai mandar para a Rede, a Rede também tem lá seus problemas de estrutura. Então, falta política de atendimento na retaguarda, que é muito importante. Se não tiver isso, a gente não consegue trabalhar, porque chegam à porta de entrada, que é o Conselho, e o Conselho fica de mãos amarradas, porque não tem para onde encaminhar. Isso, em Jaboatão, está gravíssimo.

Outra coisa que eu acho muito importante a gente pensar é a questão de dialogar com a educação. Alguém falou isso aqui, e eu acho que é fundamental. É preciso dialogar mais com a educação. Então, eu acho que num momento desses seria interessante a proposta de convidar também a educação para participar dessa discussão e de discutir mais esse tema.

Foi dito aqui o que é trabalho infantil. A gente precisa entender o que é trabalho infantil. Foram feitas até algumas falas aqui nesse sentido. A gente precisa entender o que é trabalho infantil, não só nós, mas até a própria sociedade, para poder saber onde trabalhar. Algumas atividades que as crianças fazem, por uma questão cultural mesmo, não são consideradas trabalho infantil, como aquelas que foram ditas aqui, entre elas, trabalho feito em casa.

Enfim, a gente precisa discutir isso mais. Eu acho que é preciso abrir mais esse diálogo da questão do trabalho infantil, para que a gente possa também atuar melhor. Nós que estamos na Rede, que estamos nos Direitos Humanos, que estamos no Conselho até entendemos, mas a sociedade civil no geral não entende.



Ela acha: “Ah, eu trabalhei, então meu filho também vai trabalhar! É melhor ele estar trabalhando do que estar na rua fazendo alguma coisa errada”. Existem várias questões.

Então, eu acho que esse momento foi muito rico, eu acho que é preciso repetir isso mais. É preciso alcançar outro público, abrir mais o diálogo, para a gente poder realmente enfrentar esse problema como deve ser enfrentado.

Outra coisa de que falaram aqui é busca de alternativas. É preciso também ter alternativas para ocupar esses jovens. Falta esporte, cultura, lazer, enfim. Isso também seria uma alternativa. Eu atendo no Conselho alguns jovens que dizem assim: “Ah, eu estudo de manhã, e de tarde não tenho o que fazer. É melhor fazer um bico, um carreto, alguma coisa, do que ficar na rua com aqueles meninos que fazem coisa errada”. Então, eles mesmos se sentem inúteis, porque não têm outra atividade para fazer. Procuram uma escolinha de futebol, não tem; procuram uma área de lazer, não tem. E a gente fica de mãos amarradas, porque a gente também não tem para onde mandá-los. O Geraldão está em reforma. Alguns falam “Ah, eu fazia no Geraldão, e o Geraldão está em reforma!” Eles só têm de referência o Geraldão, alguns. A gente também acaba ficando sem saber o que fazer.

Eu acho que é preciso mesmo dialogar com a educação, com o esporte e o lazer. É preciso criar locais, como foi dito aqui, alternativas, porque ele não quer trabalhar, ele está trabalhando muitas vezes por falta de alternativa. Alguns casos, sim, porque se veem na obrigação de ajudar a família, mas muitos vão porque querem ter o dinheiro deles ou querem se sentir úteis. Então, se tem alternativa, de repente ele pode estar buscando outra forma que não seja o trabalho. É claro que não tem que trabalhar, eu acredito também nisso, criança tem que brincar e estudar, só. (Riso.) Quando vão para lá, os dois deveres que a gente fala que eles têm que fazer: brincar, estudar e respeitar os pais.

Então, essa questão do trabalho eu acho que precisa ser discutida mais. É preciso haver outros momentos maiores e alcançar outros atores, como educação, esporte, lazer, cultura, enfim, para que a gente possa abrir mais o leque e encontrar mais parceiros.

É isso que eu queria colocar.

Obrigada. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Muito bem, Edilene.

Vou chamar o Vereador Marcelo Santa Cruz, que é da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Olinda.

O SR. MARCELO SANTA CRUZ - Boa tarde a todos e a todas! Saúdo a Mesa, nas pessoas da nossa querida Deputada Luciana Santos e do meu amigo e companheiro de partido Nilmário Miranda.

Eu acho que a realidade tem mudado muito a partir do Governo Lula, quando foi criada a Secretaria e, depois, o Ministério de Direitos Humanos, que teve como primeiro Presidente Nilmário Miranda, porque até então trabalho infantil era considerado caso de polícia.

Eu me lembro muito bem de quando os meninos estavam nas avenidas, nas ruas, nos sinais aqui da cidade de Recife e o Ministério Público teve que se insurgir contra a decisão que foi tomada pelo Poder Judiciário na época. Recolhiam-se esses meninos e tentava-se penalizar os pais que permitiam que eles fossem para a rua ou fossem utilizados por outras famílias.

Na época, era o Romero; inclusive, foi por iniciativa e provocação do CENDHEC que entramos com uma medida judicial proibindo aquela ação que era feita pelo poder público. Era um número muito grande nos sinais. Principalmente quando chegava o final de ano, época de festa, havia uma verdadeira limpeza. Hoje a gente já verifica que todo mundo que coloca a questão do trabalho e da exploração do trabalho infantil tem a visão social de que ela tem que ser feita através de medidas que promovam a questão, integrada com a questão da educação, com a questão do lazer e com a retaguarda.

Eu me lembro também de que, através do CENDHEC, um programa muito importante foi financiado pelo Ministério de Direitos Humanos, no setor que trata de criança e adolescente, que era justamente contra o trabalho doméstico, e esse trabalho foi identificado. Com algumas meninas que estavam nesse trabalho foi feito um trabalho educativo; depois, elas fizeram várias oficinas, com o enfoque na cidadania; e depois essas meninas se tornaram educadoras contra o trabalho infantil.

Eu acho que é por aí, quer dizer, com esse tipo de programa que a gente consegue ir mudando essa mentalidade. Agora, é preciso ter justamente a



retaguarda dessas meninas, não adianta só ir lá tirar. Elas estão lá por uma questão de necessidade.

Outra questão é a da educação. Essas meninas que foram identificadas, todas elas têm o direito de estudar. Não podem as pessoas trazer essas meninas. Além de ser exploradas no trabalho a que elas são submetidas, ainda lhes é negado o direito que é assegurado a qualquer criança, com obrigação inclusive constitucional, que é o direito à educação.

Então, eu acho que é um trabalho social que a gente vai fazer. Evidentemente, a invisibilidade é uma questão que tem que ser enfrentada e que tem que ser verificada, e tem sido. Quando o Fábio era do Ministério Público, várias vezes levamos casos lá para o Ministério Público nessa questão do trabalho infantil e da exploração.

Portanto, está de parabéns essa iniciativa. E vamos forçar para que a Secretaria Nacional, hoje Ministério de Direitos Humanos, continue apoiando as entidades não governamentais nesse trabalho que é fundamental.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Deputada Luciana, depois, eu vou te passar para responder às duas perguntas escritas; vou deixar para o final, quando for fazer suas considerações.

Vou chamar agora o Alexandre Nápoles Filho, do COMDICA do Recife.

O SR. ALEXANDRE NÁPOLES FILHO - Boa tarde a todos e a todas! Vou começar dizendo que não estou no exercício de trabalho infantil, viu, gente? (*Risos.*) É mera ilusão. Já conquistei minha maioridade. A gente queria parabenizar a CPI, em nome da Dra. Luciana e do Nilmário Miranda.

Eu estou hoje na Vice-Presidência do COMDICA e também como Gerente-Geral de Direitos Humanos da Prefeitura do Recife e vim aqui complementar a fala da nossa companheira Valéria com relação ao fluxo de atendimento que a gente está desenvolvendo dentro do COMDICA.

A Prefeitura do Recife, o COMDICA e as instituições estão realmente num esforço muito grande de atuar no combate, na erradicação do trabalho infantil em Recife. Isso é um fato, é um trabalho árduo. A gente já está na quarta reunião;



amanhã vamos realizar outra reunião, junto com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o Conselho Tutelar.

Nesse fluxo, o destaque que a gente tem construído é que o foco é o pessoal da abordagem social. Então, o grupo principal de intervenção é o da abordagem social. Isso reflete muito o que o Vereador Marcelo Santa Cruz tem como preocupação, que a intervenção de combate ao trabalho infantil não seja policial esca. A partir dessa preocupação de não tornar essa intervenção uma situação ainda pior é que a gente está colocando a equipe da abordagem social como o foco principal do grupo de intervenção.

Agora, lógico, a gente acredita que o diálogo com a PM e PE é também importante, porque entendemos que a Polícia Militar tem um trabalho também de proteção aos direitos humanos. O policial precisa ser identificado como um agente promotor dos direitos humanos, não só como a gente infelizmente tem no nosso imaginário coletivo. A gente precisa, no Estado Democrático de Direito, avançar com a nossa polícia na perspectiva da proteção também.

Gostaria também de falar do fundo do COMDICA. No ano passado, a gente investiu 1 milhão e 500 mil reais, Deputados, mas eu acho que a gente pode utilizar o fundo como uma ferramenta importante de investimento na área do combate, da erradicação do trabalho infantil. Com esse 1 milhão e 500 mil reais, temos 28 entidades da sociedade civil que executam trabalho no contraturno escolar e 4 entidades que especificamente trabalham só com a questão da erradicação do trabalho infantil, mas a gente entende no COMDICA que a gente pode ampliar esse investimento e aproveitar o momento aqui para poder refletir como a gente constrói uma campanha de investimento não só no fundo do COMDICA, mas do CEDICA e nos fundos dos outros COMDICAs municipais, porque é uma forma eficaz de descentralizar uma política de atenção à criança e ao adolescente na comunidade, porque essas entidades da sociedade civil atuam na comunidade, onde muitas vezes o trabalho infantil é identificado dentro das casas.

É o que a gente mais fala aqui. Se a gente não vê o trabalho infantil na rua, com as crianças fazendo malabares com fogo e tudo mais, a gente vê dentro de casa. Como a gente falou aqui, é uma criança cuidando da outra. Quem está mais próximo da comunidade? As entidades da sociedade civil que estão lá atuando na



comunidade. Então, uma forma eficaz e eficiente era a gente ampliar essa rede de atendimento com investimento maior nos fundos dos COMDICAs. Não estou puxando a sardinha para o COMDICA Recife, não, mas para todos os COMDICAs. Acho que é uma forma eficiente.

Só para finalizar, Deputado, quero aproveitar a oportunidade para dizer que o Recife também avançou com relação ao SIPIA. Modificamos a lei do Conselho Tutelar recentemente, em janeiro. O Conselho Tutelar agora está obrigado a inserir as informações no SIPIA e encaminhar para os órgãos de atendimento, principalmente ao COMDICA. Isso foi uma construção dentro do COMDICA, dessa legislação.

Acho que é importante a gente pensar também no pós-evento. Essa é uma preocupação da nossa construção do fluxo. O que a gente faz após o carnaval, após a festa do Morro da Conceição? Como a gente trabalha com essas crianças? Quem são essas crianças, onde estão e por que estão lá? Inserir as informações no SIPIA é uma forma também importante de a gente gerar dados, porque não se faz política pública sem dados, Deputado, e a gente já tem ferramentas — é importante destacar aqui —, a gente não precisa ficar reinventando a roda, a gente já tem ferramentas de compilação desses dados. Isso se chama SIPIA.

Então, aproveito também a oportunidade para, já que há outros Municípios aqui, incentivar os Municípios a também mudar a legislação do Conselho Tutelar local, para que obriguem os Conselhos Tutelares a inserir as informações no SIPIA, e depois ter o retorno. Acho que essa informação consolidada do SIPIA precisa ser distribuída para os atores do sistema de garantia, para a gente pensar junto uma política pública.

Para finalizar, eu acho que uma sugestão interessante também seria, com relação à Secretaria de Educação, a gente fazer um plantão 24 horas nas creches. Este é um fato que a gente precisa tratar de forma bem objetiva: mães e pais não têm onde deixar suas crianças. Isso é um fato. A gente não tem como fugir disso. Como a gente faz num grande evento, que é um momento de as pessoas capitalizarem recursos, uma forma de aumentarem a renda? Como a companheira falou, o salário mínimo é muito baixo. Isso é uma realidade. Então, como as pessoas fazem? Aproveitam o grande evento para ganhar mais recursos.



Então, uma forma que eu acho interessante seria a Secretaria de Educação, nos grandes eventos, trabalhar com plantão 24 horas nas creches, abrir durante esses eventos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Boa proposta.

O SR. ALEXANDRE NÁPOLES FILHO - Eu acho que isso seria interessante não só para o Município do Recife, mas para os outros Municípios da nossa região metropolitana. A gente tem que ter uma preocupação metropolitana. Se Recife atuar, e Olinda, Jaboatão ou Camaragibe não atuarem, a gente não estará resolvendo o problema, porque o problema do trabalho infantil é metropolitano. Não estou dizendo que em Olinda não há trabalho infantil, mas dando essa visão de que a gente tem que atuar de forma regional, senão a gente vai estar tampando o sol com a peneira.

Eu queria agradecer a oportunidade, deixar o COMDICA à disposição e parabenizar a todos pela presença. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Muito bem, Alexandre! Gilson Braga, do Conselho de Saúde de Olinda.

O SR. GILSON BRAGA DOS SANTOS - Boa tarde a todas e a todos! Serei breve. Desde já quero parabenizar a Comissão Nacional da CPI por essa iniciativa. Iniciativa essa que me deixa assim tranquilo, confiante, porque foi dito que não será uma CPI só para a questão do momento de carnaval e, sim, que será dado continuidade. E que essa continuidade tenha um final positivo para a sociedade e um final repreensivo para as pessoas que oprimem as crianças e os adolescentes neste País e que até hoje estão impunes, Deputada Luciana. Temos a certeza de que este será o objetivo desta CPI.

Voltando aqui para os nossos pilares, não se faz política de qualidade nos Municípios quando não se objetiva, Secretário Humberto, diagnóstico da política de qualidade, em especial para criança e adolescente. E nós, em Olinda, mais uma vez, estamos saindo à frente. A nossa cidade está criando, formatando a nossa política de qualidade para criança e adolescente, e isso, Deputado, com o apoio primordial da sociedade civil. Nós podemos também aqui dizer que os agentes comunitários de saúde são elementos primordiais, que podem ajudar a nossa inspetora do trabalho, do Ministério do Trabalho, os agentes comunitários de saúde, os profissionais de saúde que trabalham nos PSFs que deveriam visitar a casa das pessoas. Muitas



vezes, vários desses profissionais não estão cumprindo o seu papel, não estão indo. Alguns vão lá com uma prancheta para dizer: "*Senhora, a senhora pode assinar aqui, como eu estive aqui*". E as pessoas ainda fazem isso: assinam. Então, esses profissionais poderão ser um dos agentes que poderão nos ajudar a identificar quais são as casas que estão fazendo exploração do trabalho infantil dos seus filhos.

Prefeita Luciana, a gente conhece o espaço de convivência durante o carnaval de criança e adolescente na cidade de Olinda. Eu tenho acompanhado várias situações e estive observando que o pensamento é muito bom. Agora, observei algumas crianças, assim, exaltadas por estarem no foco do carnaval, como a senhora disse hoje e sabe que é um carnaval especial de Olinda. Chegam, assim, desorientadas, estressadas — crianças de 7, 8, 10 anos —, ficam ali naquele espaço.

O objetivo é muito bom, mas, por exemplo, as oficinas estão num espaço pequeno e aí têm os batuques, as capoeiras, as salas de vídeo. Só que é um espaço aberto. O local que seria para o dormitório dessas crianças também é naquele espaço. Então, é difícil você conseguir concentrar 200 crianças num espaço dessa condição, sem ter, inclusive, a questão de um minibanho, de um banhozinho, porque elas ficam das 8 da manhã às 8 da noite, 10 da noite. Mas, enfim, estamos tentando fazer alguma coisa na cidade de Olinda.

Eu trago aqui também a questão da... E é preciso que os conselheiros tutelares, que os conselheiros de direitos sejam vistos como verdadeiros profissionais que colaboraram com a política pública da criança e do adolescente nessas cidades, fazendo com que o Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, inclusive, alguns Prefeitos nesse Estado, assumam a sua responsabilidade de dar as condições mínimas necessárias na estruturação física dos Conselhos e na formação continuada desses profissionais que sacrificam suas vidas, seus momentos de lazer, para contribuir com a política que os Governos tentam colocar para as nossas crianças e adolescentes.

Por fim, encerrando, é difícil você querer cobrar mais creches, mais espaços para que sirvam de encaminhamentos para os conselheiros tutelares, para as equipes de CRAS, CREAS, onde algumas secretarias de educação nesse Estado repudiam algumas entidades que tão bem fazem o seu trabalho, que os Governos



deveriam fazer e não fazem. E algumas dessas Prefeituras querem tolher, ex-Prefeita Luciana Santos, Deputado Nilmário Miranda, algumas dessas Prefeituras, que têm várias dessas entidades, enquanto aliadas, enquanto conveniadas com a sua educação e muitas vezes exercem o papel fundamental que os Governos não exercem e simplesmente, por falta de visão política, por causa de picuinhas, retiram essas crianças e adolescentes, em especial de zero a 3 anos, com a alegação de que os Governos agora querem construir creches e ampliar escolas. Hoje, o teu trabalho de 15, 20 anos não serve mais, inclusive porque o Ministério Público, com o seu olhar, muitas vezes, Marcelo Santa Cruz, equivocado, diz que, por falta de uma escada, por falta de um ventilador, aquela entidade que tanto serviu, há 15, 20 anos, não serve mais.

Por fim, quem falou aqui foi Gilson Braga, Identidade nº 2112973.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Muito bem, Gilson Braga.

Para vocês verem, gente, que tudo o que falou aqui contribuiu e bem.

Bem, eu vou ouvir os dois últimos agora desta fase e, depois, vou passar para a Deputada Luciana. Eu vou chamar o Leandro Tavares, da Secretaria de Desenvolvimento Social de Olinda, por 3 minutos.

O SR. LEANDRO TAVARES - Boa tarde a todos e a todas! Quero aqui, primeiramente, saudar o bom trabalho da Comissão, na pessoa da minha camarada, guerreira de luta, que sempre traz junto com a gente, Luciana Santos. Venho acompanhando o seu trabalho desde o tempo de Prefeita, na cidade de Olinda, na qual credito toda a minha militância.

Quero esclarecer algumas coisas e também colaborar um pouco com a fala dos que me antecederam, inclusive já pedindo a permissão do meu Secretário Humberto de Jesus.

Primeiramente, quero falar um pouco do que a gente vem desenvolvendo no Município de Olinda durante o período do carnaval há muito tempo. Não é uma questão nova, mas, desde o tempo de Luciana Santos, enquanto Prefeita, a gente tem um modelo de atendimento que, claro, sempre aprimorando e buscando melhorar o atendimento da criança e do adolescente. A gente tinha um formato anteriormente e agora a gente instala, no foco do carnaval, uma tenda chamada



Polo Folia Cidadã, que é para atender às crianças e aos adolescentes que se encontram em trabalho infantil naquele momento.

Mas a tenda, vocês compreendem e podem perguntar: “*Mas é um depósito de criança?*” Claro que não, porque a tenda não tem esse objetivo. Os nossos educadores, junto com o pessoal do CREAS, a partir da identificação da situação do trabalho infantil, a primeira ação é sensibilizar a família em retornar com a criança para seu lar. Então, a gente não configura essa tenda como meramente um depósito de crianças. Então, a gente tem um teto limite para atendê-las, com oficinas pedagógicas e lúdicas. Aqui está o pessoal que também trabalhou junto com a gente e trabalha sempre. Então, a gente vem, a cada ano, aprimorando esse espaço de atendimento, de combate à violação de direitos humanos, mas também com a retaguarda muito bem estruturada, através do nosso centro, que é o CREAS, e através da Casa de Passagem.

E aí, respondendo a algumas provocações aqui colocadas, é um espaço que a gente tem para o primeiro atendimento da criança, que é o Polo Folia Cidadã. Tem uma rede, sim, onde as crianças até 6 anos têm onde ficar e têm cuidado diretamente a partir dos cuidadores da Casa de Passagem.

Esse contato é feito através da coordenação do Polo com a coordenação da Casa. A gente tem uma Casa de Acolhimento e uma Casa de Passagem que atendem 24 horas, e isso já vem de um bom tempo. A nossa Casa de Acolhimento é referência no Brasil — é referência o nosso trabalho enquanto casa de acolhimento. E a gente tem uma rede muito bem estruturada no sentido de retaguarda para essa ação específica no carnaval. A gente conta com a participação direta de 150 profissionais nessa tenda, distribuídos entre cuidadores, educadores sociais, coordenadores, supervisores, técnicos de apoio. Então, no carnaval a gente tem essa ação mais enfatizada no que diz respeito à violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

A ficha que a família preenche, ao chegar nesse espaço, é uma ficha densa, porque necessitamos de maiores informações. E é isso que vai dar subsídios para a gente deflagrar o processo de acompanhamento, de monitoramento, após o carnaval. São essas fichas, são essas informações que vão para o CREAS e que vão para o CRAS, para que eles façam o seu trabalho mais sistemático no dia a dia.



Então, a gente vem desenvolvendo essa ação desde o tempo de Luciana Santos, Prefeita da cidade de Olinda com muita qualidade.

Outra coisa também é falar um pouco desse reordenamento do PETI, do Serviço de Convivência, que começa a partir de junho do ano passado. Infelizmente, alguns Municípios precisaram tomar decisões, e tomar decisão, em alguns momentos, é difícil. Com o reordenamento do Serviço, passa a ser mais flexível a questão do atendimento. Antes, o atendimento do PETI era fechado somente para criança e adolescente em situação de trabalho infantil, e o reordenamento nos possibilita atender situações prioritárias, que a portaria do MDS especifica, e também os demais que necessitem desse serviço.

E aí Olinda mais uma vez parte na frente, tomando a decisão que a gente entende como correta e justa, porque esse reordenamento flexibiliza os horários dos ciclos de vida. E aí, se a gente atende, no formato PETI, 5 dias da semana, para que a criança e o adolescente não voltem novamente ao trabalho infantil, e, com esse reordenamento, existe essa flexibilidade de 3 dias, a depender do fluxo, a gente opina por atender os 5 dias, para permanecer o atendimento no contraturno escolar.

Então, essa foi uma posição que Olinda assumiu, com esse atendimento com qualidade na questão pedagógica. Não basta somente oferecer o serviço sem ter uma preocupação pedagógica no atendimento. E hoje a gente é também modelo para o CREAS Regional do Estado no que diz respeito ao processo pedagógico oferecido no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

A gente cria, como muito bem o Secretário disse, a coordenação, porque, se você entende da política, sabe que o PETI é serviço de convivência há muito tempo, desde 2009. Está posto na política e nas orientações normativas do MDS. Era um pouco mal compreendido se era básica, se era especial, se era especial ou se era básica, e certamente o MDS, a partir de 2013, divide e diz o que é. Então, a gente, mais uma vez, é pioneiro lá.

Finalizando, uma coisa que Gilson Braga já antecipou e que vem fortalecer um pouco esse trabalho e que o Dr. Fábio muito bem colocou é: Como identificar esse trabalho doméstico, que muitas vezes é invisível? Olha, está posto no Estatuto, agora não me recordo o artigo, que qualquer profissional de educação, de saúde e



de assistência, ao visualizar uma violação de direitos humanos de criança ou adolescente, é obrigado — está lá: “obrigado” — a notificar.

Então, esses profissionais que lidam diretamente com a família, com a casa no dia a dia têm a condição e podem certamente nos dar esse dado, podem nos notificar e dizer: “*Olha, de fato existe*”. Então, a gente mais uma vez peca por não estar efetivando o que está preconizado no Estatuto. E também, já respondendo um pouco a uma questão colocada, isso é uma estratégia que pode colaborar para a identificação desse trabalho infantil invisível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - E com os limites da fiscalização.

O SR. LEANDRO TAVARES - Claro, claro.

Obrigado a todos. E, como diz uma companheira de quem eu gosto muito: “*Firme na luta!*”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Muito bem, companheiro. Muito bem!

Nós vamos ouvir a última convidada, a Sra. Gicélia.

A SRA. GICÉLIA SOUZA - Eu quero saudar a Mesa, na pessoa da Deputada Luciana Santos, minha conterrânea de Olinda, e do Deputado Nilmário Miranda, e desejar boa noite a todos e a todas.

Meu nome é Gicélia Souza, eu estou como assistente social da Casa de Passagem Ana Vasconcelos, que é uma ONG que já está há 25 anos funcionando. Eu não poderia sair daqui hoje também sem colocar a questão das ONGs, uma vez que também fazemos parte desse sistema de garantia de direitos. Como é visto, como é apresentado no exterior, somos a sexta economia do mundo, e isso tem impactado de certa forma nas nossas ações, nas comunidades, uma vez que nós vivemos de projetos.

Alexandre Nápoles estava falando aqui das ações das ONGs nas comunidades. A Casa de Passagem Ana Vasconcelos estava com um projeto — agora estamos no monitoramento desse projeto — que atua em quatro comunidades: em Olinda, Peixinhos; em Camaragibe, Tabatinga; em Paulista, Paratibe, e em Moreno, Bonança. A gente sente a dificuldade de continuidade desses projetos. A gente começa... Nós tínhamos também no contraturno crianças



que faziam um curso com a gente, o Adolescentes Multiplicadores de Informação, no qual que eles tinham uma formação cidadã. Nós levávamos a eles a temática do trabalho infantil, a temática da exploração sexual de crianças e adolescentes e levávamos também cursos profissionalizantes a essas quatro comunidades.

Eu venho ressaltar a importância do investimento nas nossas ONGs, uma vez que nós também somos parceiros. Nós estamos aqui para somar, para somar junto com vocês. Todos nós somos importantes dentro desse processo.

E eu também não poderia deixar de falar — não é, Eduardo? — da Marcha de Erradicação do Trabalho Infantil, que nós fazemos. No ano passado, foi magnífica, foi linda a nossa Marcha. Várias instituições da sociedade civil participaram e também órgãos governamentais. Nós levamos as crianças para a rua, fizemos *flash mob*, foi bem legal. Então, neste ano a gente pretende levar um número bem maior de pessoas.

Os outros Municípios que estão aqui presentes sintam-se convidados a participar das reuniões do Fórum Estadual para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Estado de Pernambuco — FEPETIPE, sempre na segunda quinta-feira de cada mês, no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 9 horas da manhã.

Eu acho que é isso, gente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Eu vou passar a palavra à Deputada Luciana, mas eu queria dizer que ela sabia o que queria quando propôs, quando fez o requerimento para a gente ir às cidades. Sabia que não íamos ficar só discutindo carnaval, mas discutir o trabalho permanente, a erradicação do trabalho infantil.

A Deputada Luciana já está preparando o relatório, mas tudo o que anotou ali ela vai levar para o seu relatório. O que não estiver lá vai entrar. O que é o relatório da CPI? São indicações para a esfera pública sobre o que fazer para não permitir que a redução do trabalho infantil entre em estagnação, porque agora chegou a fase mais difícil, o chamado núcleo duro do trabalho infantil: o trabalho infantil doméstico, esse invisível nas facções, aquele vinculado à agricultura familiar, ou seja, como é que se pode evoluir daqui, inclusive com enfrentamento das dificuldades culturais.



Tudo o que foi dito aqui foi gravado, tudo o que foi dito, ela fez suas anotações, depois vai ter um relatório. Então, eu digo que foi muito rico aqui.

Então, vou passar a palavra para ela, ela vai fazer todos os comentários que ela quiser. Eu só vou passar para ela mais uma tarefa. O Marcos Morais Martins me perguntou aqui: “*Sabemos que o trabalho infantil doméstico é o nosso principal foco de combate*”. V.Exa. vai falar sobre isso também e incorpore.

Outra a pergunta: “*Qual é a política de Estado com retaguarda, com creche para essas famílias?*” Se não vai ter o trabalho infantil, como é que se faz para cuidar de crianças? Como a trabalhadora infantil doméstica faz?

Eu vou passar a palavra para ela, e depois a gente se encaminha para o encerramento.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Bem, gente, mais uma vez, eu quero agradecer de todo o coração. Eu acho que foi um debate muito produtivo, profícuo. Sempre que a gente faz audiência pública, a gente aprende mais do que leva informação. Eu, de fato, acho que foi muito enriquecedor.

É a primeira vez que a CPI sai de Brasília, até agora nós fizemos audiências públicas todas concentradas em Brasília. Nós estamos fazendo audiência pública desde o dia 18 de outubro; quer dizer, 18 de outubro foi quando a gente instalou a CPI. A partir da semana em que a gente instalou a CPI, não houve uma semana em que não houvesse uma audiência pública. As audiências públicas são sempre muito densas, porque são muitos os temas, são muitos os focos e, de fato, a discussão do trabalho infantil é transversal. Como ela diz respeito ao cuidado com as crianças do nosso País, ela perpassa várias políticas públicas, várias atividades econômicas. Se você observar, ela quase que perpassa tudo o que é política pública, inclusive a do desenvolvimento econômico. Então, ela é muito abrangente, e a gente tem um trabalho muito intenso.

Nós fizemos audiência pública sobre o trabalho infantil no futebol, no esporte em geral, não só no futebol, na atividade artística. A gente dialoga com a CPI do Tráfico de Pessoas também, por conta da questão do trabalho infantil, da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Trata-se, de fato, de uma temática bastante abrangente. E nós achamos que o Brasil está conseguindo dar saltos nisso. Mas nós precisamos de políticas públicas



mais integradas, mais arrojadas, de uma legislação e de um arcabouço jurídico também cada vez melhorado, que este é o debate que nós estamos travando na CPI.

Inclusive, nós estamos pautando ao Presidente da Casa que a gente retire... Já existe uma emenda à Constituição nesta perspectiva, em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem um artigo que permite o trabalho doméstico, no próprio ECA.

Nós estamos precisando dar agilidade ao projeto de lei em que toda e qualquer empresa ou atividade econômica que tiver trabalho infantil vai ser proibida de participar de editais do serviço público, vai entrar numa lista suja, para não ter crédito no mercado. Há, portanto, uma diversidade de possibilidades que a gente está procurando sistematizar.

Aqui já foi dito, e o Marcelo Santa Cruz disse bem: de fato, a gente tratava no Brasil isso como caso de polícia, não estava no âmbito de política pública. E a própria polícia tinha outra compreensão do papel dela, como disse aqui também o menino do Folia sobre o quase trabalho infantil.

Eu acho que nós demos um salto muito grande, sem dúvida, seja porque houve outro patamar de crescimento econômico, em que o Brasil procurou investir mais no setor produtivo, com outros realces, com o microcrédito e tal, com o salário mínimo, que deu um salto. Mas, sem dúvida, as políticas públicas mais arrojadas, com foco nas pessoas, é que deram esse salto. E é por isso que o Brasil é um dos países do mundo que, em uma década, mais erradicou o trabalho infantil — um dos mais, não o mais, mas um dos mais que conseguiu esse feito.

Mas nós não podemos achar que estamos resolvidos. Ao contrário, não pode ser tolerável para a gente trabalho infantil. Inclusive, não é como uma política de combate à seca, com a qual a gente convive, porque é um fenômeno da natureza. Esse, não. Nós temos que perseguir com muita determinação a erradicação. Por isso esse esforço de sistematizar, de identificar. Eu acho esse — também já foi dito aqui — um dos esforços maiores que a gente precisa fazer. É por isso que esse sistema de informação é decisivo. E é decisivo que os agentes públicos, de alguma maneira, participem disso.



Eu comentava aqui com o Nilmário, quando o Gilson falou dos agentes comunitários de saúde, que eu me lembro de que em relação a tudo que eu queria fazer em Olinda eu me lembrava logo dos agentes comunitários de saúde. Na época a gente montou a Brigada Paulo Freire, de combate ao analfabetismo. Aí eu disse: “*Temos que colocar os agentes comunitários de saúde para identificar as famílias*”, porque houve uma época em que tivemos que passar um pente-fino, na medida em que, segundo os dados do IBGE, de 26 mil, a gente já tinha alfabetizado mais de 20 mil no Brasil, e a gente precisava identificá-los.

Ou seja, tem que ser visto como uma política transversal. E como disse aqui também Valéria, sem dúvida, a âncora disso é a escola, é a educação. Se existe alguma coisa decisiva para isso, é a escola, ela é a base, a âncora de qualquer política pública de erradicação do trabalho infantil. Aliás, é por isso que o Bolsa Família tem a ver com isso, porque o Bolsa Família exige que a criança vá para a escola.

Aqui, de fato — e eu reconheço —, a gente cometeu esse pecado, Nilmário, de não ter convidado ninguém da área da educação. Mas não vai ser a única visita que nós vamos fazer. Na verdade, essa foi a primeira, e ela teve foco no carnaval. Mas nós vamos fazer audiências públicas aqui mais voltadas para o relatório final da CPI, que é exatamente esse esforço de ter como uma resultante uma política pública geral, não só voltada para o evento do carnaval. Nós achamos que era importante, pelo simbolismo que isso tem, pela força cultural que essa festividade tem para o Brasil, mas o nosso objetivo é fazer diligências logo em seguida naqueles setores de atividade econômica mais representativos ou nessas piores formas de situação de trabalho infantil. Nós vamos ainda nos organizar para poder fazer diligências, inclusive no Brasil todo, em relação ao trabalho infantil.

Mas aqui me espantou, Dr. Fábio, essa informação de que não tem processos de trabalho infantil na Justiça. É, de fato, algo elucidativo. Ou na porta de entrada, ou na porta de saída, tem alguma coisa aí truncada que nós precisamos equacionar. Se há 137 mil crianças em situação de trabalho infantil em Pernambuco e não há nenhum processo na Justiça, existe algum fluxo truncado que a gente precisa enfrentar.



Outra Secretaria que a gente acabou não convidando, mas que dialoga com essa questão do carnaval, é, sem dúvida, a Secretaria de Segurança Pública, porque, no carnaval, não há só o catador de lata nem o comércio ambulante, há também a exploração sexual. É uma festa também que tem isto com uma evidência grande: o uso do corpo das meninas, e até dos meninos também. Eu, inclusive, vou ver, Saulo, se no Rio e em Salvador a gente inclui tanto a Secretaria de Educação como a de Segurança Pública, porque, numa festa dessa magnitude, a Secretaria de Segurança Pública também é muito importante.

Inclusive nas audiências posteriores, antes, vou fazer até questão de fazer uma consulta, para a gente poder sistematizar melhor quais serão os nossos principais focos, a partir, principalmente, do Ministério do Trabalho. A gente tem informações, que vocês nos deram, sobre maior incidência de trabalho infantil. E acho que a gente vai ter que pegar no foco principal e, portanto, estimular cada vez mais o papel do Fórum, dos comitês. Eu acho que, sem controle social, não resolveremos a questão. Ter comitês de combate ao trabalho infantil, assim como há os de mortalidade materna e tantos outros, é decisivo, porque sem os comitês a gente não consegue. Sem controle social e sem a participação efetiva da população, nós não chegaremos lá. Temos que fortalecer a sociedade civil organizada e essa participação efetiva do controle social para poder dar o salto que este tema merece.

Eu quero mais uma vez agradecer e dizer que a gente vai sistematizar aqui essas opiniões, inclusive para informar maciçamente a população das informações que as Prefeituras deram aqui acerca do esforço que vai haver e também outros órgãos.

Respondo à Sra. Adaura, que fez uma pergunta: *"Por que também não levar estudo e aprendizado dentro da FUNDARPE — estudo, religião e aprendizado?"* Acho que são essas as contribuições que o debate vai merecer.

Inclusive, nós convidamos também os órgãos de turismo. A gente não teve essa participação, mas a gente os convidou para participar desta audiência, em função do carnaval. Convidamos principalmente os órgãos dos Estados, não dos Municípios.

Há outra pergunta que o Deputado Nilmário Miranda me passou: *"Qual a política do Estado com a retaguarda da creche para as famílias?"* Este é o debate



que estamos fazendo, Sra. Adaura ou Sr. Marcos Morais: sem escola, sem rede de proteção, sem creche, a gente não chega lá.

Mais uma vez, muito obrigada. Contem com a gente, vamos estar nesta luta!

Também quero dizer que a Vereadora Aimée Carvalho, Presidente da Frente Parlamentar no Recife, também mandou um abraço. Não pôde estar presente por uma questão de natureza pessoal. Quero registrar que ela também participa ativamente, através da Frente Parlamentar da Câmara de Vereadores.

De todo o coração, muito obrigada. Vamos à luta! Contem com a gente, que nós vamos dar continuidade ao nosso trabalho! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Peço só um minuto, para encerrar.

Eu fiz menção à “casa grande”. A “casa grande” não descansa nunca! Este ano, eles vão fazer uma ofensiva contra os indígenas — temos que ter isso muito claro —, quilombolas, comunidade LGBT. E também acho que eles vão levar para o debate eleitoral a redução da maioridade penal, e nós temos que fazer uma frente contra isso.

E também nesta semana, se Deus quiser, nós vamos recuperar a Comissão de Direitos Humanos para os Direitos Humanos. Refiro-me à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. (*Palmas.*)

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, eu vou encerrar os trabalhos, antes agradecendo a todos a participação; agradecendo ao Deputado Guilherme Uchôa, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a generosa colaboração para a realização deste evento.

Está encerrada a presente reunião.